

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-graduação em Administração

BRUNO CAVALCANTE DE VASCONCELOS

**O programa de microcrédito rural AGROAMIGO
na busca pela melhoria na renda e nas condições de
vida dos beneficiários no município de Rio Tinto -
PB**

RECIFE – 2014

BRUNO CAVALCANTE DE VASCONCELOS

**O programa de microcrédito rural AGROAMIGO
na busca pela melhoria na renda e nas condições de
vida dos beneficiários no município de Rio Tinto -
PB**

Orientador: Prof. Dr. Marcos Roberto Gois de Oliveira

Dissertação apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de mestre em Administração, área de concentração em Gestão Organizacional, do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

RECIFE – 2014

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

V331p Vasconcelos, Bruno Cavalcante de
O programa de microcrédito rural AGROAMIGO na busca pela melhoria na renda e nas condições de vida dos beneficiários no município de Rio Tinto – PB / Bruno Cavalcante de Vasconcelos. - Recife : O Autor, 2014.
119 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Roberto Gois de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2014.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Microfinanças. 2. Crédito agrícola. 3. Renda agrícola. 4. Agricultura – aspectos sociais. I. Oliveira, Marcos Roberto Gois de (Orientador). II. Título.

658 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2014 –160)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD
Mestrado Profissional em Administração

O Programa de Microcrédito Rural Agroamigo na busca pela melhoria na renda e nas condições de vida dos beneficiários no Município de Rio Tinto - PB

Bruno Cavalcante de Vasconcelos

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 28 de outubro de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Roberto Góis de Oliveira, UFPE (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Maria Fernanda Freire Gatto Padilha, UFPE (Examinadora externa)

Prof. Dr. Denílson Bezerra Marques, UFPE (Examinador externo)

Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades,
lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram
conquistadas do que parecia impossível.

Charles Chaplin

AGRADECIMENTOS

Assim como outras etapas da vida esta também não teria sido tão prazerosamente completada sem a participação e contribuição, mesmo que despercebida, daqueles que estavam ao meu lado. Se destaco o nome de alguns, o faço pelo limite de espaço que tenho, e aqueles não mencionados, tenham a certeza de que não foram esquecidos.

A Deus, pelo dom precioso da vida e pela motivação que me proporcionou a cada passo da realização desta dissertação.

Aos meus Pais, Edna Dias e Wellington Vasconcelos, parte inseparável da minha vida, que me ensinaram a importância de aprender e lutar pelos meus sonhos e objetivos.

A Anayalla Carolino, mais que companheira, cúmplice nos sucessos da minha vida e conselheira nos momentos difíceis.

Ao Antonio Everardo de Paula Magalhães, pessoa que admiro muito e me ajudou a conquistar essa oportunidade profissional.

Ao meu orientador professor Marcos Gois, com sua simplicidade e orientações tão valiosas sem as quais seria difícil a realização deste trabalho.

Aos membros da banca, pela leitura cuidadosa e sugestões feitas.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi verificar o impacto do Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) na renda e melhoria das condições das famílias beneficiadas no município de Rio Tinto. Somado a este desafio, buscou-se também ter uma percepção do Programa com suas vantagens e desvantagens por parte dos beneficiários. Outro fator estudado foi uma análise do perfil da população do município, fator primordial para o funcionamento do Programa. Os dados foram obtidos a partir de uma pesquisa de campo no município de Rio Tinto. Como técnica de análise foram adotadas as análises tabular, descritiva, e o teste *T-Student*, para comparação das médias e proporções, respectivamente. Além da realização com cálculo mínimo de amostra. Na análise da condição de vida dos entrevistados foi levado em consideração o fator subjetividade e se recorreu à percepção de cada indivíduo sobre o assunto. As conclusões a que foi possível chegar demonstram que de alguma forma o Programa Agroamigo influencia na renda e na condição de vida das pessoas atendidas. Com relação à atividade produtiva, neste município predomina a atividade de bovinocultura, seguido pela agricultura; a respeito da renda da maioria dos beneficiários sofreu uma acentuação positiva, quando da comparação com o primeiro semestre de 2013; a maior média da renda está concentrada no sexo masculino; existe um processo de bancarização acentuado na camada da sociedade de atendimento do Programa; para os beneficiários o Programa trás como maiores contribuições o aumento de capital e expansão do negócio; quando tratamos das desvantagens a grande maioria não consegue visualizar tal situação. Apesar das limitações do estudo, fica claro a participação e a importância do Programa para o meio rural de sua área de atuação.

Palavras-chave: Microcrédito. Condições de vida. Agroamigo.

ABSTRACT

The purpose of this study was to verify the impact of the Rural Microcredit Program (Agroamigo) in improving the conditions of life from the benefited families in the Rio Tinto city. Added to this challenge, it was also necessary to have a perception of the advantages and disadvantages of the program based in view of the beneficiaries. Another point of this study was an analysis of the profile of the local population, essential for the functioning of the Program. The data were obtained from a field research in the city of Rio Tinto. As analysis techniques were adopted tabular analyzes, descriptive analyses and the Student's t-test for comparison of averages and proportions, respectively. The minimum sample size calculation was also performed. In the analysis of the condition of life of the respondents was taken into account the subjectivity factor and so it was necessary to listen to the perception of each individual about it. The conclusions that could be reached show that somehow Agroamigo Program influence on income and living conditions of the people assisted. In terms of productive activity in this city predominate the activity of cattle, followed by agriculture; regarding the income, most beneficiaries suffered a positive accentuation when compared to the first half of 2013; the highest average income is concentrated in the male sex; there is a strong process of banking in society layer that is attended by the program; for beneficiaries, the program provides as larger contributions the capital increase and business expansion; when we treat of the disadvantages the majority of beneficiaries cannot visualize itself that situation. Despite the study's limitations, it is clear the participation and importance of the program for rural communities in their area of operation.

Keywords: Microcredit. Life conditions. Agroamigo.

LISTA DE SIGLAS

AGROAMIGO – Programa de Microcrédito Rural

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GTZ – *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INEC – Instituto do Nordeste da Cidadania

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIPS – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNMPO – Política Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SPSS – (Statistical Package for Social Sciences)

UNO – União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Processo de saída sustentável da condição de pobreza, com microcrédito	39
Figura 2 – Resultado Histórico de Contratação do Programa Agroamigo a nível Brasil	44
Tabela 1 – Distribuição dos empreendedores segundo o sexo e idade, no primeiro semestre de 2014 em Rio Tinto	67
Tabela 2 – Análise comparativa percentual dos empreendedores de acordo com o estado civil, escolaridade, nº de filhos, se estudam e trabalham na atividade dos pais, em Rio Tinto	68
Tabela 3 – Comparativo em percentual dos empreendedores segundo o acesso aos serviços bancários e produtos financeiros, programa de governo e desejos, em Rio Tinto	69
Tabela 4 – Comparativo em percentual dos empreendedores segundo à atividade, em Rio Tinto	72
Tabela 5 – Comparativo do sexo dos empreendedores segundo a renda média anual antes e depois de participar do financiamento, em Rio Tinto	74
Tabela 6 – Rendimento médio mensal domiciliar por classes de Salário Mínimo	77
Tabela 7 – Distribuição em percentuais dos empreendedores segundo o objetivo de investimento e conhecimento do programa, em Rio Tinto no primeiro semestre de 2013	78
Tabela 8 – Comparativo, em percentual, dos empreendedores segundo o acesso à infraestrutura, condições de moradia e saúde, em Rio Tinto	80
Tabela 9 – Distribuição dos empreendedores segundo as informações após atendimento e sua percepção sobre o programa, em Rio Tinto no primeiro semestre de 2014	83
Tabela 10 – Diferenças estatísticas da renda e área do imóvel dos empreendedores antes e depois do programa, em Rio Tinto	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparativo em percentual dos empreendedores segundo o acesso aos serviços bancários e produtos financeiros, programa de governo e desejos, em Rio Tinto	71
Gráfico 2: Atividade dos empreendedores no primeiro semestre de 2014, Rio Tinto	73
Gráfico 3: Comparativo do sexo dos empreendedores segundo a renda média antes e depois de participar do financiamento, em Rio Tinto	75
Gráfico 04: Evolução da Renda dos empreendedores no 1º Semestre de 2013 e 2014, sem o Bolsa Família em Rio Tinto	76
Gráfico 5: Comparativo em percentual dos empreendedores segundo o acesso à infraestrutura, condições de moradia e saúde, em Rio Tinto	81

SUMÁRIO

1 Introdução	12
1.1 Apresentação do problema de pesquisa	20
1.2 Justificativa da pesquisa	23
1.3 Objetivos	26
1.3.1 Objetivo Geral	26
1.3.2 Objetivos Específicos	27
2 Referencial Teórico	28
2.1 O crédito e as instituições financeiras	28
2.2 O Banco do Nordeste do Brasil S.A.	31
2.3 PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	33
2.4 Microcrédito e o Programa Agroamigo	36
2.5 Qualidade e condição de vida	46
2.6 Evidências empíricas	49
3 Procedimentos Metodológicos	53
3.1 Caracterização da Pesquisa	53
3.2 Fonte e Técnica de Coleta dos Dados	54
3.3 Caracterização dos Beneficiários e Definição da Amostra	55
3.4 Correlação entre os Objetivos e as Variáveis	56
3.5 Método de Análise	59
3.5.1 Limitações do método de análise	60
3.6 Testes Utilizados na Pesquisa	61
3.6.1 Teste T de Student – duas amostras pareadas	62
3.6.2 Determinação do tamanho da amostra para populações finitas	63
4 Resultados da Pesquisa	65
4.1 Análise do perfil socioeconômico do beneficiário	66
4.1.1 Comparativo 2013 e 2014	68
4.2 Análise da Melhoria na Atividade Produtiva e Renda Familiar	71
4.3 Análise da Melhoria do Nível de Condição de Vida	78
4.4 Visão dos Beneficiários Sobre o Programa Agroamigo	81

4.5 Resolução dos testes utilizados	85
4.5.1 Teste T de Student – duas amostras pareadas	85
4.5.2 Determinação do Tamanho da Amostra para Populações Finitas	86
5 Conclusão	88
5.2 Recomendações Gerenciais	89
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICES	100
APÊNDICE A: QUESTIONÁRIOS DA PESQUISA DIRETA	101
APÊNDICE B: COMUNIDADES ENVOLVIDAS NO ESTUDO	103
APÊNDICE C: QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS POR COMUNIDADE	104
APÊNDICE D: MOTIVOS DO INSUCESSO NA COLETA DE DADOS	105
ANEXOS	106
ANEXO A: Presidência da República	107
ANEXO B Decreto n. 1.946	113

1 Introdução

Na era da informação e do conhecimento as grandes transformações da ordem econômica mundial têm contribuído com a modernização e o uso dos fatores de produção através de inovações tecnológicas. Como resultado há o favorecimento para que haja aumento do desemprego, maior concentração de renda e ampliação das desigualdades sociais, fatores estes que tanto têm desafiado os governantes no sentido de ampliar as oportunidades de novos empregos e ocupações, bem como prover instrumentos de política financeira para o setor informal da economia brasileira (ARRAES; BARBOSA, 2010).

Para Bauman (1999) a globalização tanto divide como une; divide enquanto une — e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo. Junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, é colocado em movimento um processo “localizador”, de fixação no espaço. O que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel.

Ainda define Bauman (1999) que ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. Os desconfortos da existência localizada compõem-se do fato de que, com os espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam — chega dos sonhos e consolos comunitaristas dos intelectuais globalizados.

Já Bandeira (2006) considera um erro desvincular o local do global. Deve haver interação entre as escalas para que o desenvolvimento local atinja resultados cada vez melhores. O desenvolvimento local bem sucedido traz autonomia às escalas menores, permitindo que haja interação sem subordinação do local. É necessário incorporar a dialética

entre o local e o global, deixando claro que desenvolvimento local não é o mesmo que localismo.

Conforme Diniz (2001) a relação entre global e o local devem ser vistas em uma perspectiva dialética, na qual nem o todo pode ser fracionado ou dividido em partes, nem a soma das partes reconstitui o todo, pois são autorganizativos e, portanto, não desmembráveis. O processo de globalização e as mudanças tecnológicas e estruturais mudaram a natureza e as condições do desenvolvimento local. As localidades devem ser vistas como espaços ativos dotados de cultura, história, recursos humanos e materiais diferenciados.

De acordo com Wedikin (2001) o curso da globalização vem impondo um movimento de concentração dos negócios para que possa alcançar eficiência em escala de competição global, tal como ilustram as operações de fusões e aquisições de empresas no Brasil. Paradoxalmente, da globalização também decorre a regionalização, crescendo em importância política e econômica a organização de Estados em blocos regionais. Ao mesmo tempo, essa tendência de integração entre os povos vem acompanhada de novos conceitos de descentralização.

O Desenvolvimento Local é um processo de integração entre diversos setores produtivos e componentes socioculturais, que incentiva o empreendedorismo, apoia micro e pequenos empreendimentos e cultiva ambientes propícios para que novas iniciativas locais sejam criadas, com o intuito de gerar renda e riqueza para as populações de localidades com baixos índices de desenvolvimento (SEBRAE, 2006).

Buarque (1999) discute que o desenvolvimento local é um processo endógeno, registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover melhoria da qualidade de vida e dinamismo econômico. Representa uma singular transformação nas bases econômicas, na organização social em nível local resultante de

mobilização das energias da sociedade na exploração de suas capacidades e potencialidades específicas.

Ainda o mesmo autor, ao mesmo tempo em que ocorre a globalização, que integra a economia mundial, em nível local surgem novas e crescentes iniciativas – inseridas ou não na dinâmica internacional – que contribuem para o desenvolvimento. A economia local está exposta à globalização e com ela fica patente que a maior exposição aos concorrentes pode desestruturá-la e desorganizá-la ou pode incentivar a conquista de novos espaços de desenvolvimento.

Para Bandeira (2006) a emergência de uma economia globalizada tem colocado em cheque, muitas vezes, a permanência de atividades de caráter localizado. No entanto, há casos nos quais essas atividades localizadas têm garantido qualidade de vida e desenvolvimento. A força do “local” tem sido questionada pelos defensores da globalização, e reforçada por iniciativas cooperativistas e solidárias. Há ainda o fator especialização, que tem alcançado interessante desenvolvimento para numerosas localidades.

Ainda de acordo com Bandeira (2006) o desenvolvimento local é uma grande estratégia para melhoria de condições de vida, de geração de emprego, e mesmo de crescimento econômico, desde que seja visto de maneira integral, e que as necessidades sociais não sejam colocadas em segundo plano. É uma medida humana de desenvolvimento, afinal não se mede organização e desenvolvimento de um território apenas a partir da capacidade empresarial. É nesse âmbito que se pretende discutir “desenvolvimento local”. Não se trata de uma guerra entre local e global, mas, sim, da busca pela integração entre o poder da economia globalizada e a grande capacidade de adaptação de escalas espaciais mais reduzidas.

Permanecendo nesse aspecto, para o mesmo autor, é preciso pensar a quem o desenvolvimento local vai beneficiar. O assunto é tratado por diferentes áreas de estudo, e por

isso apresenta concepções distintas. É diferente a abordagem econômica, que vê no crescimento econômico o fator mais relevante, enquanto que a abordagem social almeja o desenvolvimento integral, social e humano. O desenvolvimento pode não atingir os interesses da população local ou servir de instrumento de qualidade de vida para ela. O resultado depende da organização das comunidades locais e do poder dos diferentes agentes do desenvolvimento local. Reforçar as potencialidades e identidades locais, e criar interdependência entre os atores se faz necessário para o sucesso do desenvolvimento local. A ação isolada ou a subordinação dos atores não encontrará um resultado sustentável. O desenvolvimento local se trata de ações em curto prazo para resultados a longo, porém duradouros e estáveis.

É neste sentido que o governo federal tem o papel fundamental de criar um ambiente favorável para o desenvolvimento e o sucesso dos negócios, nas diversas áreas da economia, através da criação de políticas públicas formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo, ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos seguimentos, principalmente no setor agrícola. Existe a necessidade da formulação e efetivação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o segmento da agricultura brasileira, tanto em termos de capacidade técnica como de inserção nos mercados agropecuários além de viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo, elevação do nível de profissionalização dos produtores, por meio do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social.

O Brasil vive um ciclo de crescimento econômico e social marcado pela distribuição de renda e inclusão social. Um dos responsáveis por esse crescimento é a agricultura familiar, que, com mais de 4,3 milhões de unidades produtivas, impulsiona o desenvolvimento no meio rural brasileiro. Nesses dez anos, a renda da agricultura familiar cresceu 52%, o que permitiu que mais de 3,7 milhões de pessoas ascendessem para a classe média. Fundamental para a

segurança alimentar e a economia do País, a agricultura familiar produz 84% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e responde por mais de 74% do pessoal ocupado no campo e por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário brasileiro (BRASIL, 2013).

Para Castro *et. al.*, (2010) o conceito de agricultura familiar incorporou-se ao vocabulário acadêmico, aos movimentos sociais e às políticas públicas de forma mais intensa a partir de meados da década de 1990. Esses empreendimentos são caracterizados pela administração familiar das terras, a maioria dos seus trabalhadores são os próprios familiares e suas dimensões em termos de número de hectares também são menores.

Tem sido marcante a participação da agricultura familiar na geração do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, evidenciando que o apoio governamental se constitui como fundamental para esse desempenho econômico ao disponibilizar crédito por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O Governo Federal como indutor de uma evolução no desempenho da agricultura familiar na economia brasileira, lançou mais um “Plano Safra”, em junho de 2013, envolvendo recursos orçados em R\$ 39 bilhões. Entre os anos de 2006 e 2007 esse montante era de R\$10 bilhões. O Plano Safra é desenhado de forma que a parte mais dinâmica e consolidada da agropecuária possa ter níveis de produtividade em ascensão, mas em harmonia com uma crescente produção no segmento menos favorecido (BRASIL, 2013).

O Brasil devido sua extensa dimensão territorial é considerado referência na produção agrária dentre os países em desenvolvimento. Dentro deste contexto, historicamente, a agricultura tem um papel de fundamental destaque no cenário econômico brasileiro (MEDEIROS *et. al.*, 2012).

A agricultura familiar é um setor importante para o País. Assim, um conjunto de políticas públicas para o setor contribui para a estabilidade econômica e social brasileira, que coloca a agricultura familiar como um dos pilares para o projeto nacional de desenvolvimento

e define um novo lugar do rural. Esse conjunto qualifica e articula os instrumentos construídos e conquistados pelo setor que produz a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros. As medidas foram elaboradas com grandes objetivos: aumento de renda, inovação e tecnologia e estímulo à produção de alimentos, com proteção da renda (BRASIL, 2013).

Devido ao importante papel social e econômico da agricultura familiar para o país, bem como a sua inserção no debate acerca da segurança alimentar e nutricional e dos efeitos positivos sobre o meio urbano, o setor passou a ser objeto de ações governamentais, tendo como marco institucional a criação do PRONAF em 1995 (NASCIMENTO, 2007).

No nordeste brasileiro o setor terciário está em pleno processo de crescimento. A expansão deste setor demanda desde o final da década de 90 e continuou até os dias atuais. De maneira que as cidades nordestinas estão gradativamente entrando no “hall” de reconhecimento nacional e internacional pelos seus pólos, centros e institutos tecnológicos (BRASIL, 2013).

Entre um dos principais responsáveis por esse processo de expansão, encontra-se o Banco do Nordeste do Brasil que opera como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal fonte de recursos operacionalizada pela Empresa. Além dos recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BRASIL, 2012).

A Instituição exerce um trabalho de atração de investimentos apoia a realização de estudos e pesquisas com recursos não reembolsáveis e estrutura o desenvolvimento por meio

de projetos de grande impacto. Mais que um agente de intermediação financeira, o Banco do Nordeste se propõe a prestar atendimento integrado a quem decide investir em sua área de atuação, disponibilizando uma base de conhecimentos sobre o Nordeste e as melhores oportunidades de investimento na região (BRASIL, 2013).

O Banco do Nordeste é responsável pelo maior programa de microcrédito produtivo orientado da América do Sul, o Crediamigo, cuja metodologia de formação de grupos solidários dispensa apresentação de garantias. Sua clientela representa 24,6% do mercado elegível de microfinanças em sua área de atuação, que é composto por 3,9 milhões de microempreendedores. Segundo Diniz (2002) a metodologia do aval solidário consolidou o Crediamigo como o maior programa de microcrédito produtivo orientado do país, garantindo a milhares de empreendedores o fortalecimento de sua atividade e a melhoria da qualidade de vida de sua família.

Outro sucesso atribuído ao Banco do Nordeste do Brasil trata-se do Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo), voltado para os mini produtores que trabalham na zona rural. O Agroamigo iniciou em 2005 e sua fonte de recursos provém do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). A implantação do projeto-piloto ocorreu nas agências de Floriano e Oeiras, ambas no Estado do Piauí. O Programa está presente em aproximadamente 170 Unidades de atendimento do BNB, atendendo a 1954 municípios do Nordeste brasileiro, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, com atendimento através de assessores de Microcrédito Rural (BRASIL, 2014).

O Agroamigo se propõe a melhorar o perfil social e econômico do agricultor(a) familiar, atendendo, de forma pioneira no Brasil, a milhares de agricultores(as) familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com exceção dos grupos A e A/C. Com metodologia própria, adaptada às condições do meio rural, cuja principal característica é o atendimento integral, a partir da forte presença do

Assessor de Microcrédito nas comunidades, o Programa incentiva o desenvolvimento de atividades produtivas agropecuárias e não agropecuárias (BRASIL, 2014).

O microcrédito, primeira modalidade das microfinanças, começou a ser oferecido no Brasil no final da década de 90 por uma iniciativa pioneira de substituir, com sucesso, a filantropia por regras de mercado, cobrando taxas de juros e analisando riscos, mas de uma forma mais adequada ao público que não poderia fornecer as garantias tradicionais exigidas pelos bancos, como bens ou rendas relevantes. Ao contrário das iniciativas filantrópicas, os programas de microfinanças geram benefícios para todos os atores envolvidos, a começar pelos empreendedores e seus vizinhos, já que boa parte da renda gerada circula dentro das comunidades (GROSSI, 2014).

Este trabalho abordará essa temática relacionando a concessão do microcrédito com a melhoria na renda e na condição de vida das pessoas beneficiadas no meio rural, a partir de dados obtidos de uma pesquisa de campo no município de Rio Tinto - PB.

Este estudo encontra-se dividido em capítulos para melhor orientação ao leitor. Assim, após uma breve introdução é apresentado o problema de pesquisa, expondo a justificativa, seguido pela apresentação dos objetivos gerais e específicos. Ainda na introdução foi apresentado o campo empírico do estudo e as variáveis que envolvem o município pesquisado em função de suas características geográficas e socioeconômicas, que compõem a vida das comunidades dessa região.

Os aspectos conceituais compuseram o segundo capítulo do projeto. Foram discutidos brevemente os conceitos que envolvem o crédito, as instituições financeiras no Brasil, a questão das políticas públicas no país, microcrédito e o Programa Agroamigo, bem como um quadro das principais etapas que norteiam o processo de saída sustentável da pobreza.

Foi ainda tratado outro ponto no segundo capítulo: a qualidade de vida, sendo evidenciada através da percepção dos sujeitos. A partir daí que se pode nortear toda a

pesquisa, bem como a forma como os indivíduos tendem a assinalar sobre suas condições e qualidade de vida. Os pontos aqui tratados serviram também como auxílio na construção das estratégias de pesquisa de campo. Foram expostas algumas evidências empíricas, tratando da importância do tema para a sociedade e os seus resultados obtidos em estudos realizados sobre esta temática.

O terceiro capítulo referiu-se aos procedimentos metodológicos que foram voltados para desenvolvimento dos caminhos da pesquisa o qual auxiliou na finalidade proposta deste estudo. Dessa forma, inicialmente, se buscou determinar o perfil dos participantes da pesquisa e, em seguida, as características do empréstimo obtido pelos sujeitos do estudo.

Os dois pontos seguintes deram embasamentos para o entendimento acerca da atuação do Programa Agroamigo sobre os negócios que são praticados pelos participantes da pesquisa e sobre as demais esferas de suas vidas, com o propósito de perceber até que ponto houve mudança na condição de vida e na melhoria de renda dos beneficiários.

Por último e, não menos importante, o quarto capítulo foi voltado para apresentação e análise dos resultados obtidos junto aos beneficiários do programa de microcrédito Agroamigo do BNB no município de Rio Tinto - PB.

1.1 Apresentação do problema de pesquisa

Nos dias atuais a globalização é um dos temas mais falados, mas percebe-se pouca participação da população mais pobre no usufruto dos benefícios desta. Para Prahalad (2006) o engajamento ativo de empresas privadas na base da pirâmide populacional é um elemento crucial na criação do capitalismo inclusivo. Mas para isso seria preciso que fosse dado um tratamento diferenciado ao segmento de mercado de baixa renda, considerando seu enorme potencial e a necessidade de ser tratado no centro das atenções das estratégias empresariais.

No Brasil a proporção de pobres na população caiu de 35% em 1992 para 19% em 2006 em resposta aos programas sociais implantados pelo Governo Federal. Ainda assim a base da pirâmide no Brasil é bastante significativa, pois “As classes C, D e E juntas movimentam no Brasil 372 bilhões de reais por ano, acima dos gastos de 213 bilhões da classe A e dos 301 bilhões da classe B” (YAMASHITA; REGO, 2009).

Segundo Soares e Sobrinho (2012) consideraram as faixas de rendimentos das classes C, D e E, sendo aquelas que representam as pessoas que possuem os seguintes rendimentos, respectivamente: acima de 05 até 10, acima 03 até 05 e 02 a até 03 salários mínimos.

Para Neri (2009) na metade do século XX governos do mundo inteiro decidiram apoiar iniciativas de fornecimento de crédito em larga escala para os menos favorecidos, especialmente em áreas rurais. Estratégias de redução de pobreza via crédito subsidiado foram abundantes entre as décadas de 1950 e 1980.

Para a Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN o acesso aos serviços bancários está além da questão econômica: “é também uma forma de inclusão social, de garantir cidadania e fomentar o crescimento econômico” (FEBRABAN, 2007).

Conforme Soares e Sobrinho (2012) as microfinanças exercem um papel fundamental nesse processo de transformação da base da pirâmide através da prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, comumente excluída do sistema financeiro tradicional, com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. Para exploração deste atrativo de mercado se faz necessário desenvolver produtos e serviços acessíveis aos consumidores que compõem a base da pirâmide econômica, tarefa que tende a demandar tecnologia de ponta e mudanças nos modelos de negócios. Além disso, as empresas devem procurar estabelecer parcerias estratégicas com organizações da sociedade civil e governo.

No que afirma Yunus (2000) o fundador do Banco Grameen, uma organização pioneira e reconhecida de microcrédito. Atualmente, o direito ao crédito financeiro deveria ser um direito universal, devido ao seu imenso potencial de impacto social. O microcrédito, apesar de seu grande potencial para retirar pessoas da pobreza, não deve ser visto como uma política assistencialista. Deve ser administrado, por gestor privado ou mesmo por gestor público, mas sempre de forma a propiciar retornos positivos para poder ser sustentável.

O microcrédito promove uma espécie de choque de capitalismo na população pobre, permitindo a esta, acesso ao capital produtivo. Conforme Neri (2009), a grande vantagem do microcrédito em seu aspecto de política social é que ele gera incentivos para seu cliente se envolver em atividades produtivas e poder pagar sua dívida, fazendo com que ele tenha capacidade de aumentar a sua renda. Além da política social, o microcrédito se enquadra como uma política de desenvolvimento econômico, uma vez que gera aumentos de produtividade, lucro e estabilidade no setor das microempresas.

Neste sentido, o presente estudo pretende analisar os impactos do Programa de microcrédito do Agroamigo como política de desenvolvimento a partir dos empreendedores beneficiados do município de Rio Tinto – PB, verificando se o programa citado oferece melhorias na renda dos beneficiários.

Será observado, também, até que ponto o programa é capaz de gerar mudanças na condição de vida destes indivíduos. Dessa forma, se faz necessário refletir acerca da seguinte questão: *O programa de microcrédito rural Agroamigo consegue exercer melhorias na renda e nas condições de vida dos beneficiários no município de Rio Tinto-PB?*

1.2 Justificativa da pesquisa

A importância desta pesquisa se dá no sentido do próprio conceito que envolve o microcrédito, uma vez que é uma modalidade que busca promover o bem estar social e aumentar os índices de qualidade de vida, o que demonstra a relevância de se desenvolver uma pesquisa acerca do tema. Segundo Neri (2009), o crédito é um meio e não um fim em si mesmo. Por isso é necessária tanto à análise da rentabilidade, bem como da sustentabilidade do programa, pelo lado do ofertante, quanto à análise de seus efeitos sobre os diversos campos da vida dos clientes.

O microcrédito é apresentado como um instrumento relevante para o combate à pobreza, sendo uma forma potencial de reduzir as desigualdades sociais, assim como promover o estímulo ao desenvolvimento econômico. Nessa pesquisa se abordou o microcrédito buscando estabelecer a sua importância como agente de desenvolvimento econômico, gerador de renda, em comunidades carentes localizadas no município de Rio Tinto-PB e que visam o combate à pobreza.

Essa discussão que envolve a necessidade de se combater os níveis de pobreza, assim como também seus efeitos e ações corretivas, causas e ações preventivas fazem parte relevante do debate político, e por isso se manifesta na vivência acadêmica, principalmente em países em desenvolvimento e que possuem uma grande desigualdade social, a exemplo do Brasil (DINIZ, 2000; AMARAL FILHO, 2001).

Não se tem aqui como meta fundamental a discussão sobre as questões e os conceitos que envolvem a pobreza, mas também não se pode deixar de reconhecer que a sua superação se torna um dos focos que devem nortear toda a ação política e econômica vigente no país. Para Da Silva Diniz (2002), diversas iniciativas têm sido desenvolvidas para superação da pobreza crônica nas comunidades e populações empobrecidas. Tais iniciativas podem ser

classificadas como serviços financeiros (microcrédito produtivo, fundos rotativos, bancos comunitários, cooperativas de crédito, etc.) ou serviços de desenvolvimento empresarial (empreendedorismo, franquias sociais, bônus de capacitação, centros de serviços empresariais, serviços de informação comercial, etc.).

De acordo com Liorens (2001) para superar a pobreza não basta simplesmente a adoção de políticas públicas compensatórias, focalizadas nos grupos mais desfavorecidos. Para o autor o importante é promover a iniciativa de desenvolvimento local endógeno e de geração de emprego produtivo para enfrentar, precisamente a pobreza e a marginalização de forma mais sustentável e consistente, não somente assistencialmente

Segundo Diniz (2000) e Amaral Filho (2001), a superação dos níveis de pobreza é viabilizada por meio de duas vertentes: a primeira delas é dada através do crescimento econômico, a via mais usual e comum que propicia o funcionamento normal da economia sob as condições consideradas adequadas. A segunda variável ocasiona as políticas públicas ou programas sociais, que são orientadas para a correção e a minimização das falhas do sistema econômico.

Vale aqui salientar que diferentemente dos demais empréstimos, o microcrédito, aqui estudado, é produtivo e orientado, ou seja, é oferecido para os indivíduos que aplicaram o dinheiro em um negócio, e que necessitam do financiamento, mas também de uma assessoria técnica, na qual o assessor, um agente de crédito, oferece orientações a este empreendedor de pequeno porte, a exemplo de noções de como gerenciar um negócio.

A inovação deste trabalho consiste em detectar as principais características dos mutuários do Estado da Paraíba e, a partir delas, construir estratégias e técnicas para o crescimento socioeconômico das famílias dos pequenos produtores, que, em geral, necessitam apenas de uma oportunidade para promover ações transformadoras de sua situação econômica e social, e acreditar no seu potencial de realização.

A análise ocorrerá no município de Rio Tinto no Estado do Paraíba, por estar próximo da capital (o que reduziu custos de pesquisa). O mesmo está localizado na Mesorregião da Mata Paraibana tendo como área total 466 km² representando 0.8264% do Estado e o seu acesso sendo feito a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 101/PB 041. Somado a toda esta questão logística, o referido município estudado possui um total de 111 famílias contempladas com o microcrédito no primeiro semestre de 2013 e que possuem um formulário socioeconômico preenchido, concentrando contratos nas mais diversas atividades, o que permite fazer comparações estatísticas sobre a evolução socioeconômica dos beneficiários após a concessão de crédito.

O censo demográfico de 2011 (IBGE) constatou, neste município, uma população de 22.976 habitantes. Do total da população, 42,18% estão alocados na zona rural, os demais (57,82%) residem em zona urbana. A população predominante é de mulheres com 50,77% do total. O município possui parte de seu território sobre três terras indígenas identificadas ou demarcadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com uma população de 2.000 índios, cerca de 10% da população da cidade. Vale também destacar os indicadores do município apontados por dados do IBGE e publicados pelo Governo do Estado da Paraíba (2010). De acordo com a fonte, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da localidade é de 0,585 médio. A renda *per capita* é de R\$ 7.476,56. Outra informação importante sobre o município, conforme informações do IBGE, é que apenas 12,54% da população possui carteira assinada.

Outro ponto importante da pesquisa se deu a partir da visão dos beneficiários, representando uma melhor forma de operacionalização do Programa, a partir do conhecimento *in loco* do funcionamento do Programa, que pode subsidiar sugestões para a construção de um modelo mais adequado de planejamento estratégico para o Programa, com maior riqueza de detalhe sobre o contexto local. Esse procedimento poderá auxiliar futuramente ainda mais o Programa no desenvolvimento das famílias contempladas com o

microcrédito, possibilitando melhoria nas condições de vidas dos beneficiados. Além de mostrar o seu papel associado a outras políticas públicas do governo municipal, estadual ou federal.

Este estudo buscou examinar quais efeitos o microcrédito provoca na condição de vida do seu público-alvo, especialmente na trilha do bem estar das pessoas, através da análise com variáveis na esfera individual/familiar relacionadas à renda individual e domiciliar, posse de ativos, estrutura de gastos, acesso a serviços públicos e programas sociais, capacitação profissional, além de variáveis referentes a características sócio demográficas, como sexo, idade, educação, entre outras. No campo da atividade trabalhada pelo beneficiado a análise de variáveis de acesso a tecnologia, tipos de insumos, programas de apoio, modalidade de gestão e apoio creditício.

Por fim, este trabalho ainda serviu como ponto de partida para novas pesquisas, principalmente nas limitações demográficas do Estado da Paraíba, podendo servir como um documento de referência tanto para a instituição objeto deste estudo, que a partir daí pode fazer uso das informações coletadas e melhorar as condições oferecidas aos clientes do Programa em geral; bem como para novos pesquisadores que se interessem pelo tema que, atualmente, apresenta relevância.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar o impacto do Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) na melhoria da renda e nas condições de vida dos beneficiários no município de Rio Tinto - PB.

1.3.2 Objetivos Específicos

- ✓ Caracterizar o perfil dos empreendedores que receberam financiamento pelo Programa no primeiro semestre de 2013, no município de Rio Tinto – PB;
- ✓ Analisar a melhoria na atividade produtiva e renda familiar dos produtores beneficiados com a concessão de crédito, a partir da solicitação do crédito;
- ✓ Verificar o impacto do Programa Agroamigo na melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas no município estudado;
- ✓ Verificar a percepção dos beneficiários sobre o Programa Agroamigo do BNB no que tange sobre o processo de concessão do crédito.

Como visto na Introdução se apresenta o cenário de crédito, o papel do desenvolvimento local e a globalização. Traz-se a justificativa da pesquisa, como também, a pergunta de pesquisa e os objetivos do estudo.

O capítulo seguinte sobre o Referencial Teórico faz um recorte sobre a história do crédito no Brasil com foco nos bancos públicos e privados. Foram apresentados alguns conceitos da palavra crédito, correlacionando-se ao Banco do Nordeste do Brasil S.A, sua história, missão e o seu papel no desenvolvimento da região nordeste com investimentos nos diversos setores da economia. Esse capítulo trouxe uma explanação sobre o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o papel da Agricultura Familiar dentro do cenário rural brasileiro. Foram relatados alguns conceitos sobre microcrédito, qualidade de vida, características do Programa Agroamigo e algumas evidências empíricas sobre esta temática.

2 Referencial Teórico

2.1 O crédito e as instituições financeiras

Conforme Almeida *et. al.*, (2012), o cenário configurado para atuação das Instituições Financeiras Brasileiras tem sofrido drásticas mudanças, principalmente nos últimos quinze anos. Modificações internas e sistêmicas que transformam completamente seu relacionamento com os mercados. Entre estas modificações pode-se relacionar a criação do Plano Real, o aumento da estabilidade da economia, intensificação da abertura de mercado e globalização, adequação às regulamentações internacionalmente aceitas tais como as modificações recentes das normas contábeis de empresas de capital aberto e a adesão ao Acordo de Basiléia em 1994.

Para Assaf Neto (2012) a indústria bancária vive hoje profundo processo de adequação a uma nova realidade de mercado, determinado principalmente pela globalização da economia, surgimento de novos modelos de avaliação de risco e operações financeiras mais sofisticadas. Em particular, no Brasil, o sistema bancário convive com a abertura de mercado e a estabilização da economia.

Para o mesmo autor existe recorrente discussão na sociedade brasileira quanto às altas taxas de juros encontrados no mercado financeiro nacional, sejam elas as estipuladas pelas autoridades monetárias, sejam as do mercado privado, e sobre o custo de se tomar empréstimos em geral. O Brasil tem praticado elevadas taxas de juros no decorrer dos anos. Além disso, nosso país tem uma das menores relações de crédito por produto interno, dos países emergentes.

Em consonância ao que afirma Securato (2002) o termo crédito vem do latim *creditum*, que significa confiança ou segurança na verdade de alguma coisa, crença/reputação. Ainda seguindo o autor a terminologia crédito relaciona-se com a confiança de alguém em ceder seu capital e/ou serviços à outra pessoa esperando recebê-lo posteriormente. Segundo Schrickel (2000) a palavra crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder temporariamente parte do seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, após decorrido o tempo estipulado.

O crédito pode ser definido como o ato de dispor a um terceiro determinado valor, mediante a promessa de recebimento deste valor no futuro. Sua função é de antecipar o consumo, ou seja, fazer com que as pessoas sem recursos possam consumir hoje para pagar no futuro. A essência do crédito é a promessa de pagar em uma data futura determinado valor (SEBRAE, 2010).

Para os bancos, onde o dinheiro é o produto, o crédito torna-se o negócio. De acordo com Fortuna (2013) as instituições financeiras fazem o repasse dos recursos dos agentes econômicos superavitários (que têm sobra de recursos disponíveis) a agentes econômicos deficitários (que necessitam de recursos). A partir desse contexto, Saunders (2000) destaca o risco de variação de taxa de juros, risco de mercado, risco de crédito, risco de operações, risco de insolvência, risco de liquidez, risco de operações fora do balanço, risco tecnológico e operacional, risco soberano e risco de câmbio. Segundo o autor a gestão eficaz desses riscos é essencial para o bom desempenho de uma instituição financeira.

De acordo com Souza (2007) a concessão de crédito configura-se como atividade de risco devido às várias possibilidades que permeiam o devedor no que se refere à capacidade e à pretensão de pagamento. Assim, a possibilidade de inadimplência por parte do devedor caracteriza-se como risco determinante no momento de concessão do crédito.

Em meio a essa discussão fala-se muito do impacto recessivo que essas taxas exercem sobre as grandes empresas nacionais, sobre o crescente lucro dos bancos e sobre o impacto que essa política monetária exerce sobre o câmbio e o endividamento externo.

Afirmam Neri e Medrado (2005) não recebe a devida atenção, de como os pequenos negócios, da chamada economia informal, e a forma como são afetados pelo cenário financeiro nacional. As microempresas não costumam ter acesso aos créditos públicos subsidiados e às isenções que as grandes empresas possuem, tampouco consegue captar empréstimos no exterior, o que deve torná-las mais vulneráveis aos problemas de crédito nacional. Ainda conforme o autor sabe-se que o crédito em si mesmo não gera oportunidades de negócios, mas somente viabiliza a realização das oportunidades existentes e, que, quando ele é eficiente apoia a abertura de empreendimentos produtivos. Então, não se pode afirmar, sem fazer nenhuma hipótese prévia, que o aumento da oferta de crédito, ou diminuição de seus custos, levaria a um maior crescimento ou ganho de produtividade no setor informal. No entanto, percebe-se que é gritante a falta de alavancagem desse mercado, o que sugere que há uma ou mais falhas de mercado ocorrendo, ou pelo menos que mudanças de política podem melhorar esse cenário.

Há instituições bancárias que já perceberam este fato e desenvolveram modelos que atendem às necessidades desta classe social e promovem através da bancarização a sua inclusão no sistema. Com isso, abrem novos mercados lucrativos e, ao mesmo tempo, permitem aos menos favorecidos o acesso aos seus serviços financeiros (PRAHALAD, 2006).

Os bancos vêm disponibilizando postos de atendimento fora das tradicionais agências bancárias, os quais permitem que povos de localidades distantes de grandes centros tenham acesso aos serviços bancários. Conforme Fortuna (2013) existe uma enorme variedade de produtos disponíveis no mercado bancário, que se diferenciam em prazos, taxas, formas de pagamento e garantias.

O apoio creditício apresenta-se hoje como um dos grandes desafios para impulsionar o desenvolvimento das microempresas formais e informais, e conforme mencionado, é de grande importância para o Brasil, contribuindo para a geração de renda e de emprego e para o desenvolvimento de regiões mais atrasadas o que, por vários motivos, é possibilitado por meio de pequenos empreendimentos.

2.2 O Banco do Nordeste do Brasil S.A.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19 de julho de 1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o Banco atua em 1.985 municípios, abrangendo todos os Estados da Região Nordeste, o norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Espírito Santo (BRASIL, 2013).

De acordo com Oliveira e Viana (2005) o BNB é a maior instituição de fomento regional da América Latina, com uma participação de 77% no total de financiamentos realizados no Nordeste. Opera como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal fonte de recursos operacionalizada pela Empresa. Sua missão visa atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável, como banco público competitivo e rentável. O Banco do Nordeste atua de forma ágil para atender às demandas dos empreendedores, tendo como base o conceito de esteiras de crédito e atento aos fenômenos

que afetam diretamente a economia regional, empreendeu uma nova dinâmica às suas atividades.

A performance nas contratações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), entre outras atividades do Banco em que a nova dinâmica já produz resultados semelhantes é resultado dessas ações. Os empréstimos envolvendo o FNE foram concedidos para cerca de 557 mil operações e somaram R\$ 12,7 bilhões e, considerando que no ano anterior foram liberados R\$ 11,9 bilhões, representou incremento de 6,3%. A área rural recebeu R\$ 5,4 bilhões em empréstimos, equivalentes a 43% do valor total contratado pelo FNE, superando em 8,5% as contratações do ano anterior (BRASIL, 2013).

Farranha (2006) diz que a literatura sobre microcrédito afirma que o Banco do Nordeste do Brasil foi o primeiro banco público a fornecer diretamente crédito para micro e pequenos empreendedores do setor informal. O Crediamigo é considerado uma das únicas iniciativas mundiais bem-sucedidas organizadas por um banco estatal.

O Banco do Nordeste, por meio de seus programas Crediamigo e Agroamigo, atende, respectivamente, o segmento de microfinanças nas áreas urbana e rural. Apoiando as atividades produtivas de microempreendedores informais o Banco contratou 1,8 milhão de operações no valor total de R\$ 3,16 bilhões, representando crescimento de 33,2%. Os dois programas têm suas ações integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, e têm como objetivo elevar a renda e as condições de bem-estar da população do nordeste (BRASIL, 2013).

Esse desempenho ganha relevância no cenário de estiagem que se abate sobre a Região desde 2012, pois mostra, em consonância com as diretrizes do Governo Federal, o esforço da organização dentro de uma lógica fundamental: induzir os setores produtivos a investirem em empreendimentos com impacto na geração de emprego e renda, associado às medidas de caráter específico para mitigar os efeitos da seca (BRASIL, 2013).

2.3 PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar mais conhecido como PRONAF foi criado em 28 de junho de 1996, por meio do Decreto nº 1.946, e atendendo a uma antiga reivindicação da organização dos trabalhadores rurais, que invocavam a necessidade de implementação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o segmento numericamente mais importante, porém mais fragilizado da agricultura brasileira, tanto em termos de capacitação técnica, como da inserção de mercados. Nessa seara, os sindicatos rurais e demais movimentos sociais tiveram significativa importância, desempenhando papel decisivo na implantação do programa, que favoreceu não somente a criação da política, mas especialmente a conquista de outra bandeira histórica dos trabalhadores rurais: o acesso, por parte dos agricultores familiares, aos diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional (MATTEI, 2007).

A instituição do PRONAF surgiu pela constatação de que uma parcela considerável de produtores rurais poderia ficar excluída dos novos mecanismos de financiamento que naquele momento estavam sendo criados. Por isso, na sua formalização, o PRONAF buscou instituir parceria entre seus possíveis beneficiários, concebendo os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável como requisito para que as comunidades rurais se organizassem para receberem os benefícios do programa. Esses conselhos são formados por representantes da sociedade civil e entes governamentais, especialmente de entidades ligadas ao meio rural, como associações, secretarias de agriculturas, empresas de assistência técnica, entre outros. Trata-se de uma espécie de participação social que nos últimos anos tem sido

bastante incentivada pelo governo federal na implementação de políticas e ações setoriais (FERREIRA *et. al.*, 2001, p. 482).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é o órgão integrante da administração direta responsável pela administração e acompanhamento do PRONAF, tendo como área de competência os seguintes assuntos: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. O órgão disciplina e acompanha a concessão de crédito para o segmento familiar nas áreas rurais brasileiras, por meio da ação junto aos bancos e entidades prestadores de assistência técnica. São do Ministério do Desenvolvimento Agrário as regras para operacionalização do programa, assim como as linhas de crédito e iniciativas que dão suporte ao crédito.

O PRONAF financia projetos individuais ou coletivos que possam gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais e as menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país. A intenção do programa é que o crédito possa beneficiar a unidade familiar integralmente e o empreendimento rural como um todo, assim, a contratação do financiamento deve ser fruto da decisão coletiva dos membros da família (RODRIGUES, 2014).

As modificações periódicas realizadas nas condições de acesso ao crédito PRONAF demonstram a preocupação governamental em garantir uma política pública que atenda às necessidades dos agricultores familiares. Os ajustes realizados nos normativos do programa também acolhem as reivindicações dos produtores e de suas entidades representativas, de modo que o avanço na concessão de crédito represente também o fortalecimento de todo o segmento produtivo da agricultura familiar. Desde que o PRONAF foi concebido o programa

tem se firmado como a principal política pública do governo federal para os agricultores familiares (RODRIGUES, 2014).

Para Castro *et. al.*, (2010) o conceito de agricultura familiar incorporou-se ao vocabulário acadêmico, aos movimentos sociais e às políticas públicas de forma mais intensa a partir de meados da década de 1990. Esses empreendimentos são caracterizados pela administração familiar das terras, a maioria dos seus trabalhadores são os próprios familiares e suas dimensões em termos de número de hectares também são menores.

Finatto e Salamoni (2008) aludem que a agricultura familiar se desenvolve baseada na quantidade de mão de obra relativa à família empregada assim como à diversidade dos produtos oferecidos para o pronto atendimento das demandas do mercado consumidor interno e externo. Essa é a razão pela qual esses agricultores são considerados como parte essencial da produção de alimentos tanto em razão da comunidade rural, quanto dos indivíduos que vivem nos grandes centros urbanos.

Ao que se refere Medeiros *et. al.*, (2012) a fragilidade da agricultura em relação às outras atividades econômicas, uma vez que se trata de atividade de alto risco e de baixa rotatividade de capital (enquanto outras atividades do setor secundário e terciário da economia circulam dezenas de vezes o seu capital de giro em um ano, a agricultura consegue fazer isto uma vez, e, com muita tecnologia, até, no máximo, três vezes no mesmo período) faz dela um setor transferidor natural de renda para os outros setores, necessitando, por isso, de políticas públicas diferenciadas que permitam ao agricultor se capitalizar.

O reconhecimento de que a agricultura familiar é merecedora de ambiente institucional favorável para o desenvolvimento de suas atividades é fato novo na sociedade brasileira, e encontra-se intimamente vinculado às alterações realizadas no Sistema Nacional de Crédito Rural nos últimos anos. A importância da agricultura familiar para o Brasil é assunto que tem ganho força nas discussões políticas dos últimos anos, ao lado de temas como

desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (MACIEL; KHAN, 2009).

A agricultura familiar tem se consolidado como um segmento estratégico para a população, pois é responsável pela produção de grande parte dos produtos agropecuários e de matérias-primas no país. A diversidade da agricultura familiar vem sendo reconhecida pela sociedade brasileira, e as propriedades têm demonstrado grande capacidade de produção, aumento da quantidade e diversidade de produtos com utilização de tecnologia adaptada.

No entanto, percebe-se que há muitas dificuldades por parte destes pequenos produtores em incrementar, ou até mesmo iniciar, sua pequena produção devido à forte influência do mercado, que torna o pequeno produtor bastante vulnerável, diante da constante volatilidade dos preços no momento da comercialização de seus respectivos produtos. É importante entender o conceito de comercialização como algo mais amplo e complexo do que simplesmente o processo de compra e venda dos produtos. Na comercialização estão contidas também as etapas de produção e transformação do produto, o que constitui a cadeia produtiva.

2.4 Microcrédito e o Programa Agroamigo

No caso do município estudado a relação com microcrédito apresenta-se bastante evidente no seu cotidiano. Como relatado anteriormente, a cidade de Rio Tinto possui a predominância de agricultura do tipo subsistência, além de outras atividades, a exemplo: pesca, artesanato, pecuária, dentre outras. Entretanto, nessa prática são agregados valores e há a geração de postos empregatícios, merecendo relevância o cultivo de cana-de-açúcar. Nessa atividade o município merece destaque, como um dos maiores produtores de cana de açúcar em nível estadual. Faz-se necessário destacar que parcela da mão-de-obra local participa de atividades ligadas ao denominado setor informal, a exemplo dos trabalhos realizados em

função da expansão do turismo, e da intensificação da presença de veranistas em alguns meses do ano. Trabalhos domésticos, a agricultura e a pesca para subsistência, a coleta de frutos, o comércio de produtos artesanais e a prestação de serviços eventuais constituem-se em alternativas de renda – verdadeiras estratégias de sobrevivência, dificilmente, contempladas nas estatísticas oficiais sobre os municípios.

Apesar dessas oportunidades apresentadas acima, ainda se tem uma grande margem da população a espera de oportunidades para melhorar suas condições de vida e suas rendas familiares. Como será visto no decorrer deste capítulo o microcrédito possui um papel de grande importância dentro desse contexto de erradicação da pobreza e elevação da renda familiar.

Eliminar a pobreza e reduzir a níveis toleráveis de desigualdade na distribuição de renda são metas que devem estar na agenda de prioridade no Brasil e no mundo. A exclusão de milhões de famílias do mercado formal representa forte obstáculo para a construção de um modelo verdadeiramente sustentável. Os programas de microfinanças, incluindo crédito, seguro e outros produtos do mercado financeiro para pequenos empreendedores, formais ou informais, estão entre as mais promissoras estratégias de combate à exclusão social da atualidade (GROSSI, 2014).

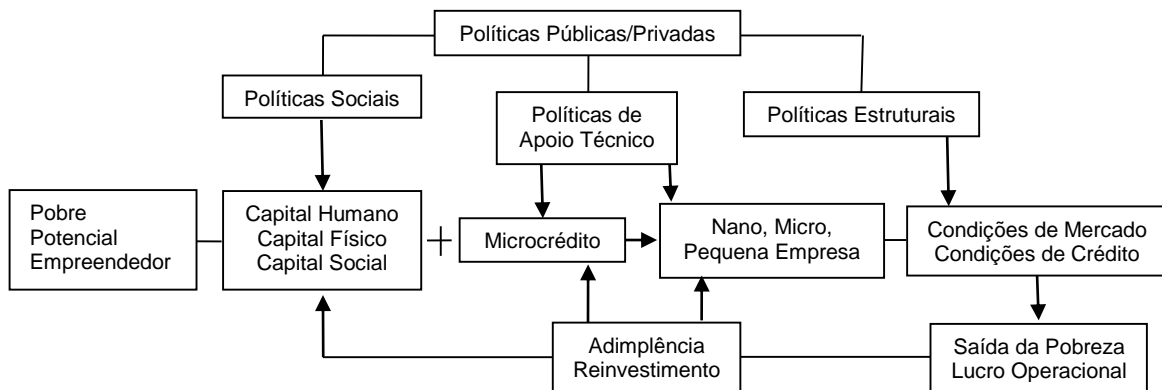
Já Lima *et. al.*, (2008), afirmam que as microfinanças surgiram da necessidade de se criar alternativas de créditos para aqueles que não têm as mesmas condições de acesso aos bancos tradicionais, onde a principal exigência para a obtenção de recursos financeiros é apresentar alguma garantia real para o cliente receber o crédito. O sistema de microcrédito, por outro lado, não se baseia em garantias ou bens, mas em análise socioeconômica dos clientes que pretendem montar ou ampliar uma atividade que lhes dê retorno garantido, ou seja, que lhes proporcione uma renda efetiva, ainda que modesta.

O diferencial maior da sistemática das microfinanças em relação ao sistema tradicional de financiamento é que o cliente não precisa necessariamente ir até ao banco para contratar um empréstimo, e sim os “agentes de crédito” é que vão até aos clientes. Estes agentes de crédito é que são os responsáveis pela análise socioeconômica dos clientes, que serve de base para a decisão de concessão ou não do financiamento pleiteado (LIMA; CARVALHO; VIDAL, 2008).

De acordo com Neri (2001) a eficácia dos programas de microcrédito em reduzirem a pobreza e, ao mesmo tempo, serem autossustentáveis, depende da capacidade que estes têm de estimular e adequar o potencial empreendedor dos mais pobres aos mercados regionais. O mesmo autor explora múltiplas dimensões do crédito como alavanca de combate a pobreza citando efeitos desencadeadores, como: melhoria na utilização dos ativos da família, aumento na capacidade de geração de renda e melhora na habilidade dos pobres em lidar com as flutuações de renda.

Soares *et. al.*, (2011) mostram não apenas o processo pelo qual o microcrédito pode contribuir para o alívio sustentável da condição de pobreza, mas também apontam o papel de possíveis políticas públicas neste processo (Figura 1). O programa viabiliza a capacidade dos pobres de extraírem retornos dos seus poucos ativos disponíveis (capital físico, humano e social) por meio de nano empreendimentos. Essa premissa é sugestiva de que os pobres podem ser vistos como (nano) capitalistas potenciais e não apenas como pessoas segmentadas da sociedade.

Figura 1 – Processo de saída sustentável da condição de pobreza, com microcrédito



Fonte: Elaboração própria adaptada de Neri (2001)

Conforme Leite (2011) o microcrédito não pode ser a única estratégia para a inclusão produtiva de beneficiários dos programas de transferência de renda. Programas de microcrédito devem também reunir um conjunto de elementos de apoio (assessoria técnico-gerencial, tecnológica, organizacional, etc.) adequados ao perfil dos beneficiários – cuidando-se para não cair no tecnicismo e em metodologias elaboradas para públicos com mais poder aquisitivo, escolaridade e acesso ao conhecimento e à informação.

Para o mesmo autor a oferta de microcrédito produtivo deve estar disponibilizada no tempo, no espaço e em condições adequadas às necessidades de seus tomadores. Isso significa deslocar para as regiões mais pobres estruturas operacionais que dêem conta de atender às demandas que surgirem – com exceção da área atendida pelo BNB, esse é um desafio ainda a ser superado pelas demais regiões. As estruturas de apoio pós-crédito devem fazer o mesmo.

Ainda segundo Leite (2011) isso significa a formatação de um modelo institucional que privilegie a articulação e a atuação em rede, por meio da constituição de parcerias com instituições – públicas e privadas – que atuem com microcrédito e no apoio técnico-gerencial a microempreendimentos de base local. Isto é, deve-se promover a articulação de ampla rede de instituições – e mesmo de pessoas – que tenham atuação local, municipal, regional,

estadual e nacional, cabendo a estas últimas papel mais gerencial das ações. É no sentido de orientar as estratégias das instituições que intermedeiam a transferência de renda, a fim de colocar o microcrédito como alternativa real de inclusão produtiva dos beneficiários.

Dentro desse contexto, como mostrado na figura acima, o Programa Agroamigo, faz parte do processo de saída sustentável da condição da pobreza, através do microcrédito, onde busca potencializar os resultados do apoio creditício de forma integrada com os Programas do Governo Federal, entre eles: Programa de Aquisição de Alimentos, Zoneamento Agrícola, Merenda Escolar, Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Proagro Mais. Desse modo, essa integração possibilita, entre outros aspectos, o acesso a produtos e serviços bancários, o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos e a melhoria de qualidade de vida dos clientes. Um dos diferenciais do Banco do Nordeste é estar integrado ao Plano Brasil Sem Miséria, Programa do Governo Federal que tem como objetivo principal elevar a renda e as condições de bem-estar da população.

A atuação do Agroamigo junto ao Plano Brasil Sem Miséria acontece por meio da concessão de crédito aos beneficiários dos programas Bolsa Família e Fomento as Atividades Produtivas Rurais (RELATÓRIO 2013). As demais fases demonstradas na figura, sobre o processo de saída sustentável da pobreza, não serão abordadas no conteúdo deste trabalho de forma detalhada.

Para o termo microcrédito encontram-se diferentes definições. Segundo Gulli (1998) microcrédito consiste em serviços financeiros de pequena escala, isto é, que envolvem valores baixos. Enquanto que Schreiner (2001) não define o termo pelo valor emprestado, mas, sim, como o crédito concedido às pessoas de baixa renda.

Yunus e Jolis (2000) acreditam no forte impacto social gerado pelo programa de microcrédito, que serve como ferramenta às pessoas carentes que não conseguem obter recursos junto às instituições tradicionais de crédito, para o exercício de atividades produtivas.

O intuito é diminuir a discrepância social existente entre as camadas e diminuir componentes de degradação humana. Para o autor, quando uma pessoa que nunca havia conseguido dinheiro emprestado paga a primeira prestação sua felicidade é imensa, pois ela provou ser capaz de ganhar o suficiente para saldar sua dívida.

Abramovay (2004) relata que o acesso ao sistema bancário formal tem um custo alto, o que leva os pequenos negociantes a optarem pelas modalidades informais de prestação de serviços financeiros. Segundo o autor, os mais pobres só conseguem desenvolver-se porque se apóiam na força das finanças informais.

O microcrédito pretende resgatar a função que o sistema bancário tinha no seu início, nos Estados Unidos, que era fornecer crédito aos menos favorecidos e dar-lhes condições para que possam empreender em pé de igualdade com os detentores de capital (SILVEIRA FILHO, 2005). Conforme Carneiro (2010), no Brasil o microcrédito demorou para atuar fortemente devido a três razões: as altas taxas de inflação, a tradição de crédito governamental dirigido e subsidiado para programas sociais e a legislação estrita, que condenava como usura toda ação concorrencial com as instituições financeiras convencionais.

Para Leite (2011) outra razão que pode ser mencionada com relação ao impedimento da expansão do microcrédito no Brasil resulta da preocupação que as instituições têm em relação à qualidade da carteira, sob o ponto de vista da sustentabilidade, nos casos de instituições públicas e Oscips, e de lucratividade, nos casos daquelas vinculadas ao sistema financeiro. Estas, embora tenham clareza de que a operacionalização da oferta de microcrédito obedece aos princípios diversos daqueles seguidos pelo sistema financeiro tradicional, atuam com os mesmos critérios e controles deste. As instituições concentram suas análises no perfil do indivíduo que solicita o crédito a partir do seu histórico de crédito, da sua renda familiar e do grau de comprometimento da renda em face do crédito solicitado, ignorando o potencial de geração de valores a serem produzidos pelo incremento do crédito

adquirido na atividade produtiva que ele desenvolve. Isto é, se o crédito solicitado destina-se à geração de valor a partir do incremento na produção de algum bem ou serviço, a análise da capacidade de pagamento do tomador deveria levar isso em consideração.

A experiência pioneira de microcrédito no Brasil foi a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), criada em 1973. Conforme Amaral (2005), o objetivo era apoiar micro e pequenos empreendimentos da Região Nordeste, através de financiamento e capacitação gerencial.

Estimativas realizadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) sobre o potencial mercado brasileiro de microcrédito revelam a existência de 9,5 milhões de pequenos empreendedores e cerca de 13 milhões de pessoas que não possuem acesso a crédito junto ao sistema financeiro tradicional. Assim, o microcrédito é visto como uma alternativa promissora para os pequenos empreendedores (SEBRAE, 2006).

Neste mercado de microfinanças o Governo Federal através do Banco do Nordeste do Brasil teve a iniciativa de criar em 1998 o Programa Crediamigo, que desenvolveu tecnologia própria de funcionamento, a qual foi aperfeiçoada a partir de 2003, quando firmou parceria com o Instituto Nordeste Cidadania, levando em conta a Política Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), do Governo Federal Brasileiro. Além de possibilitar o crédito, oferece também assessoria e acompanhamento aos microempreendedores para que estes, ao contrário do amadorismo ou espírito aventureiro que reina em algumas iniciativas de negócios, toquem suas atividades econômicas numa visão empresarial (MACIEL; KHAN, 2009).

Para Neri (2009) o sucesso do Programa de Microcrédito Produtivo e Orientado, está no acompanhamento do crédito e nas orientações concedidas no momento da solicitação do mesmo. Ao contrário da concessão do microcrédito tradicional, uma vez que os tomadores de

crédito se sentem desassistidos pelas as instituições financeiras, por não terem a oportunidade de alguma consultoria ou dica sobre o andamento do seu negócio.

Dado o sucesso de seu programa de microcrédito urbano, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) teve uma iniciativa de criar em 2005, o Programa de Microcrédito Rural - Agroamigo, que tem como base o Programa Crediamigo, mas com as devidas adaptações para o setor rural. É idealizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo o programa de crédito pioneiro na atmosfera produtiva rural, concebido de acordo com as determinações estipuladas pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), o qual foi instituído pela Lei 11.110, de 25.04.2005, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Sua formatação contou com esforços conjuntos do Banco do Nordeste, da GTZ (*Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*) – Cooperação Alemã para o Desenvolvimento, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) (MACIEL; KHAN, 2009).

O Agroamigo tem como premissa a concessão de crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares, com utilização de metodologia própria. No ano de 2013 o Banco do Nordeste financiou pelo Agroamigo R\$ 1,25 bilhão, o que representa um crescimento de 36,8% em relação aos valores alcançados em 2012. A quantidade de financiamentos cresceu 12,4%, com a contratação de 421.484 operações, atingindo uma carteira ativa de R\$ 1,67 bilhão com 733,4 mil clientes, dos quais 545.562 possuem conta corrente no Banco (BRASIL, 2013). Com relação ao seu histórico de contratações podemos perceber o sucesso do Programa ao longo dos anos, conforme figura abaixo:

Figura 2 – Resultado Histórico de Contratação do Programa Agroamigo a nível Brasil



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil, (2013)

A metodologia utilizada no Agroamigo estende-se aos agricultores familiares enquadrados nos demais grupos do Pronaf, atuando em duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Grupo B do Pronaf e o Agroamigo Mais, para o atendimento aos demais grupos do Pronaf, exceto dos Grupos A e A/C, em operações de até 15 mil. Operacionalmente, o Programa possui a seguinte sistemática:

I. Os assessores de microcrédito rural executam as atividades de concessão de crédito, envolvendo a elaboração de cadastro de clientes, elaboração de propostas, planos de negócio, acompanhamento, cobrança e renovação de crédito;

II. As atividades decorrentes do processo de concessão do crédito: deferimento, cadastramento, contabilização e outros serviços de retaguarda são de responsabilidade do Banco do Nordeste do Brasil.

Para o programa Agroamigo a principal característica é a forte presença do Assessor de Microcrédito nas comunidades, tornando-se uma figura essencial no processo de concessão de crédito. Este é um profissional de nível médio, com qualificação na área de extensão rural e deverá apresentar habilidade para promover e facilitar processos, devendo preferencialmente pertencer à comunidade local, com vivência na zona rural, visando garantir facilidade de

diálogo e compreensão dos processos produtivos, permitindo maior fluidez nos trabalhos de campo (SMITH, 2005).

O assessor tem de atuar como agente local de microcrédito rural; mapear e reconhecer os agricultores de pequeno porte de sua jurisdição; promover e divulgar programas de microcrédito rural, através de palestras informativas; conduzir e orientar a elaboração de planos de negócios da área rural; conduzir e orientar no estudo de viabilidade econômica de pequenos empreendimentos agropecuários; realizar levantamento de dados cadastrais de clientes; manter a carteira de crédito com boa sanidade, conservando forte proximidade com o cliente. Outro ponto importante no papel desse colaborador dentro do processo de crédito é buscar minimizar os efeitos dos “atravessadores” na cadeia produtiva, dando-lhes aos clientes maiores informações, no momento das palestras informativas. Os assessores, além de serem formados pelas escolas técnicas, são capacitados através de cursos de formação com metodologia participativa sobre todo o funcionamento do Programa.

Como forma, também, de inibir a participação dos “atravessadores” destacamos o papel das parcerias entre todos os entes governamentais envolvidos na cadeia produtiva dos agricultores familiares. Entes estes representados por todas as esferas: Municipal, Estadual e Federal. Com todos os órgãos que possuem participação direta nesse processo, agindo de forma eficaz, trarão não só um maior beneficiamento em toda a cadeia produtiva, com maior rentabilidade, produtividade, redução de custos, melhores manejo do solo e da criação de animais, mas também, inibirão o papel dos intermediários financeiros que compram e revendem os produtos da agricultura familiar, ficando muitas vezes com boa parte da lucratividade. Somado ao que foi exposto acima, possibilidade de ofertas de cursos de capacitação, noções de finanças, comercialização e de como gerir seu próprio negócio são ações realizadas por estas entidades.

Deste modo, verifica-se que a prática do microcrédito ao pequeno produtor, se constitui uma necessidade inquestionável na promoção de melhorias do bem-estar sócio-econômico no meio rural, apresenta potencialidades que, se bem aproveitadas, podem garantir a sua efetiva consolidação e eficiência na produtividade rural.

2.5 Qualidade e condição de vida

Para Carvalho *et. al.*, (2009) o microcrédito tem sido visto, atualmente, como uma alternativa eficaz para redução da pobreza no mundo e promoção do desenvolvimento econômico e social, através do combate ao desemprego e geração de renda, mostrando-se imbuído de valores sociais que enfatizam a valorização das pessoas pobres. As políticas públicas de acesso a mercados representam para a Agricultura Familiar uma possibilidade ímpar de desenvolvimento, fortalecimento da identidade, oportunidades de geração de renda e melhoria da qualidade de vida de inúmeras famílias agricultoras.

Conforme Abramovay (2004) a desigualdade trás considerável prejuízo econômico às sociedades onde ela existe. Assim, disparidades de renda, de patrimônio, de educação, de saúde e de expectativa de vida não se explicam por motivos puramente individuais, mas, sim, antes de tudo, por poder e, pior, pela capacidade de reproduzir em escala ampliada o poder dos grupos sociais dominantes. Em tal panorama, segundo o autor, não ter acesso aos mercados é uma das dimensões mais importantes e perversas da desigualdade, pois opera como verdadeiro “bloqueio à entrada” de pessoas privadas das condições básicas que poderiam permitir aproveitamento, pela sociedade, de suas energias e talentos.

As políticas públicas nos países em desenvolvimento têm priorizado a dimensão econômica em detrimento da dimensão social, enquanto ambas merecem estratégias simultâneas quando se busca uma sociedade mais igualitária. De acordo com Viana (1980) os

países em desenvolvimento tem se preocupado mais com o desenvolvimento econômico do que com o social, quando ambos deveriam ser simultâneos. Fazendo com que o social seja relegado em segundo plano nas políticas públicas em geral.

A qualidade de vida é um conceito ligado ao desenvolvimento humano. Desde 1990, os relatórios divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU) realizam comparações entre a qualidade de vida da população dos diversos países do planeta utilizando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este índice reflete as condições de três variáveis básicas para uma boa qualidade de vida: a expectativa de vida ao nascer, a escolaridade e o produto interno bruto *per capita* (MACIEL; KHAN, 2009).

De acordo Ceboratev (1982) o conceito de qualidade de vida vai além das medidas econômicas, mostrando a importância de outros fatores para uma vida humana plena e satisfatória, como o desenvolvimento do potencial do homem sem ignorar seu meio ambiente físico e natural. Já Wilhelm (2003) relata que a qualidade de vida é como a sensação do bem-estar do indivíduo e sua medição é bastante difícil, porque não é medida diretamente por variáveis econômicas. Porém, antes de se pensar em qualidade de vida é necessário resolver primeiro os problemas básicos de sobrevivência.

Muitos autores, como Veiga (2010), afirmam que o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) não demonstra a melhoria da qualidade de vida, pois este não revela como a riqueza do país está sendo distribuída. Dessa maneira, o PIB não pode ser utilizado como variável fundamental na busca do desenvolvimento social, assunto que se tornou uma preocupação mundial crescente nos últimos anos, surgindo assim o conceito de qualidade de vida.

A pobreza pode ser entendida como a falta de recursos materiais (moradia, alimentação e vestuário), falta de recursos econômicos e exclusão social. O combate à pobreza é um objetivo social de todos os países e propostas de medidas que avaliem esta pobreza foram feitas inicialmente no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das

Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) nos anos 1990, sendo uma nova ferramenta para a análise da pobreza e o impacto desta sobre o desenvolvimento humano (LAVINAS, 2002).

Para Neiva (2000) embora não se tenha um conceito único de qualidade de vida, em razão da sua complexidade e abrangência, é evidente a sua importância como subsidio para reformulação de políticas públicas e planejamentos.

Neste contexto, para Monte e Cruz (2012), o conceito de condição de vida adotado nesse estudo advém, justamente, de aspectos subjetivos mensurados a partir de indicadores resultantes da percepção de como as pessoas se sentem a respeito de suas próprias vidas e, num sentido mais restrito, de suas avaliações e percepções subjetivas acerca de suas condições objetivas de vida. Portanto, tal consideração destaca o caráter particular do estudo.

Ainda acerca do conceito de condição de vida e no que afirmam Pessoa e Silveira (2009) é possível relacionar ao ambiente socioeconômico do trabalhador. Sendo assim, assumiremos que os indicadores das condições de vida podem ser compreendidos como o nível de bem-estar geral dos indivíduos a partir de informações a respeito da percepção das próprias famílias. Para o mesmo autor é importante destacar que a perspectiva subjetiva deve, também, ser levada em consideração na condução de políticas de combate à pobreza e de melhoria das condições de vida, visto que, em sua maioria, essas políticas estão baseadas unicamente na utilização de dados estatísticos, que podem não estar precisamente atualizados e condizentes (super ou subestimados) com a realidade local. Sendo assim, além de indicadores estatísticos é importante incluir como variável indicadora, a percepção que a população tem de sua própria realidade socioeconômica.

2.6 Evidências empíricas

Conforme Almeida e Santana (2011) o microcrédito teria o papel de gerar oportunidades para micro e pequenos empreendedores terem acesso aos recursos financeiros para a montagem de negócios, possibilitando a elevação de renda de camadas menos favorecidas da população. Ainda conforme o autor, no que diz respeito às estratégias de combate ao problema, têm tido cada vez maior espaço na agenda nacional motivado pela formulação de políticas federais nessa linha.

Reconhecido mundialmente como instrumento de apoio ao combate à pobreza, o Microcrédito possui hoje várias instituições em todo o globo concedendo financiamentos para aqueles que outrora não sonhavam em sequer entrar em uma instituição financeira. O tema em discussão tem tratado sobre as características pessoais do tomador de microcrédito referente à sua condição socioeconômica. Bem como quanto a sua visão em relação à importância do crédito e sua capacidade empreendedora em tratar as condições do negócio com os agentes de crédito (ARRAES; BARBOSA, 2010).

Na pesquisa realizada por Maciel e Kahn (2013) foi verificado o impacto do Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) na melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas no Estado do Ceará, no município de Quixadá, realizando uma comparação entre os beneficiários e não beneficiários do Programa, considerando o aspecto da qualidade de vida dos entrevistados. Foi analisado o índice de qualidade de vida através de indicadores como: acesso a escola, habitação, situação econômica, lazer, saúde e habitação. O trabalho permitiu concluir, que, em geral o Programa Agroamigo não contribui por si só para melhorar a qualidade de vida das famílias beneficiadas, uma vez que em ambos os grupos estudados a qualidade de vida dos participantes permaneceu inalterada.

Já Soares e Sobrinho (2012) mencionam no seu trabalho que busca investigar a importância de alguns condicionantes facilitadores da saída da condição de pobreza dos clientes do Crediamigo, Programa de Microcrédito Produtivo e Orientado, do meio urbano, do Banco do Nordeste do Brasil, onde teve entre os diversos resultados, utilizando uma base de dados de informações históricas sobre clientes ativos em 31.12.2006, uma sinalização bastante alentadora do Programa, que pode ser uma referência importante para políticas de desenvolvimento com estímulo mercadológico e com inclusão social. Conforme os autores foram possíveis identificar um conjunto de fatores que contribuem para que os programas de microcrédito possam realmente melhorar as condições de vida de seus clientes, buscando uma leitura geral dos resultados, sinaliza que é viável uma estratégia múltipla de parcerias com o setor público que favoreça o autossustento dos programas de microcrédito e dos seus clientes por meio de políticas educacionais, estruturais e de apoio técnico.

O objetivo do estudo de Sousa (2008) foi avaliar os reflexos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no grupo B, em relação à produção, ocupação e renda dos Agricultores Familiares, com base na análise da atuação do programa no município de Irauçuba, no Estado do Ceará. A pesquisa permitiu elaborar um perfil socioeconômico dos agricultores familiares, identificando as condições de produção, renda e ocupação das famílias estudadas, além de investigar a relação existente nas ações complementares entre os programas do governo, propondo uma maior integralização entre o Programa Bolsa-Família e o PRONAF B, com adoção de acompanhamento técnico, para que possa reduzir o número de famílias abaixo da linha da pobreza.

Outro trabalho realizado que tratou de microcrédito, na dinâmica empresarial e mudança de classes sociais foi o de Marcelo Neri realizado em 2008. Este estudo procurou ampliar a discussão sobre a importância do microcrédito produtivo para o aumento da renda do negócio, em padrões superiores aos nanoempreendedores com baixo ou nenhum acesso ao

crédito objetivando subsidiar a agenda de políticas públicas para a geração de renda e apoio ao empreendedorismo. Ainda conforme o autor, ao longo do estudo constatou-se que empreendedor com acesso ao crédito através do Programa Crediamigo entre 2005 a 2006, comparando com a massa de empresários acompanhados pela pesquisa mensal de empregos, tem melhor possibilidade de ascensão econômica familiar. Tal constatação reforça a tese da eficácia do microcrédito como política de atomização do empreendedorismo para geração e ampliação a partir dos negócios produtivos.

Em consonância ao que afirmam Almeida e Santana (2011), que investigaram o papel do microcrédito a partir dos dados do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste, quanto sua influência na redução da pobreza, os resultados foram sensíveis em relação à população estudada e estratificada. O autor afirma que o efeito do microcrédito, seja para volume de operações ou para quantidade de clientes atendidos, mostrou-se negativo e significativo, como seria de se esperar pelo tamanho da amostra analisada.

No trabalho de Zancanella *et. al.*, (2009) objetivou-se caracterizar os usuários do microcrédito e perceber a contribuição do crédito produtivo como fonte de fomento e desenvolvimento da região de Viçosa/MG. Além de descrever o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado efetuou-se a análise quantitativa dos dados coletados. Por meio da análise fatorial e clusters foi possível tipificar e agrupar os microempreendedores. Os resultados ressaltaram as limitações ainda encontradas para se democratizar o crédito, uma vez que as taxas de juros e a burocracia ainda são consideradas barreiras que inviabilizam o acesso aos recursos. Observou-se que quanto menor é o empreendimento, maior é a aversão ao crédito, demonstrando a falta de agentes de crédito na região para orientar e incentivar os empreendedores a desenvolverem suas atividades e, conseqüentemente, a região.

Já Lima *et. al.*, (2008) realizaram um trabalho com um foco de caracterização dos beneficiários dos tomadores de crédito do Estado do Acre. Nesta perspectiva o autor

estabeleceu a relação entre o perfil socioeconômico dos beneficiários e a capacidade do microcrédito em promover melhorias nas atividades produtivas e no bem-estar dos beneficiários. Ainda entre suas contribuições, o referido trabalho contribuiu com uma análise sobre o microcrédito a partir da abordagem do desenvolvimento local, tendo como conclusão, dentro dessa ótica, que o modelo de microfinanças pode gerar emprego e renda para as camadas geralmente excluídas do sistema financeiro.

Finalmente, as evidências aqui resumidas, apresentadas e somadas ao trabalho que foi desenvolvido nesta temática podem contribuir para que os operadores de microfinanças e gestores de políticas públicas discutam formas de ampliar a eficácia de programas de microfinanças a partir da sinergia com outras políticas relacionadas com a regulamentação do setor microfinanceiro, educação, saúde e renda básica.

Visto a parte que norteou o embasamento teórico de todo o trabalho, vai-se para o capítulo seguinte. Esta etapa trouxe os procedimentos metodológicos que foram utilizados durante a pesquisa. As diversas fases desse capítulo (caracterização da pesquisa, fontes e coleta de dados, caracterização dos beneficiários, correlação entre os objetivos e as variáveis, métodos de Análise), caracterizaram passos importantes em busca do atingimento dos objetivos do trabalho. A finalização desta etapa apresentará o resultado da pesquisa de campo.

3 Procedimentos Metodológicos

Neste tópico foi apresentada a metodologia utilizada neste estudo. Primeiro foi mostrada a caracterização da pesquisa, logo em seguida, relatou-se as fontes e os procedimentos de coleta dos dados, encerrando-se com métodos de análises que foram utilizadas para alcançar os resultados da pesquisa.

3.1 Caracterização da Pesquisa

Essa pesquisa teve em sua essência a natureza quantitativa, tendo como principal característica o uso das técnicas de estatística básica. A realização de uma pesquisa descritiva que cubra todo universo é totalmente inviável, por diversos motivos, principalmente por elevados custos financeiro e de oportunidade. Diante disso, certamente impõe restrição quanto ao espaço amostral pretendido, onde a única alternativa foi estabelecer um tamanho amostral que fosse compatível com essas limitações, no entanto, sem comprometer as inferências decorrentes para o alcance do resultado.

As abordagens de caráter quantitativo possuem como paradigma o positivismo. Segundo Minayo *et. al.*, (2000) a abordagem quantitativa pretende promover a aplicação de dados que visam quantificar determinada situação ou variáveis.

A pesquisa quantitativa é definida por Lakatos e Marconi (2001) como um método de pesquisa social que faz uso de técnicas estatísticas. De uma maneira em geral, implica a construção de processos inquisitivos nos quais são contatadas várias pessoas por meio de questionários.

Essas pesquisas são as mais utilizadas quando se deseja adequar à apuração de opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, isto porque faz uso de ferramentas padrões (questionários). O uso desta abordagem é dado quando se sabem exatamente aquilo que se deve perguntar para poder se atingir as respostas aos objetivos da pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2001).

3.2 Fonte e Técnica de Coleta dos Dados

Para estimação das comparações propostas na próxima seção foram utilizados dados secundários e primários. Os dados secundários têm como fonte o Banco do Nordeste do Brasil, referentes às informações descaracterizadas de usuários de microcrédito, através de relatórios de uso externo. Os dados primários foram obtidos por meio de pesquisa de campo realizada através da aplicação de questionários na cidade de Rio Tinto-PB, município objeto da pesquisa. A escolha dos sujeitos se deu por amostragem, através da conveniência, levando em consideração o período da concessão de crédito no referido município.

Segundo Gil (2010) os questionários representam uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, interesses, sentimentos, expectativas, situações vivenciadas etc.

Nesta pesquisa o questionário foi desenvolvido com base nas informações obtidas a partir da revisão bibliográfica, com o propósito de permitir a coleta de dados primários estruturados que possam ser analisados e permitam uma avaliação para atender ao propósito do estudo. Além de possibilitar a comparação em dois momentos distintos, primeiro semestre de 2013 e 2014, utilizando dados pareados, possibilitando uma análise da forma mais semelhante possível, ou seja, através do mesmo indivíduo.

3.3 Caracterização dos Beneficiários e Definição da Amostra

O tamanho da amostra ficou definido em sessenta indivíduos residentes no município de Rio Tinto-PB, a partir de uma população de cento e onze beneficiários elegíveis para participar da pesquisa. Foram aplicados questionários com os beneficiários do Programa, selecionados de forma aleatória e por acessibilidade, mas com a premissa de já terem sido atendidos no primeiro semestre de 2013 e possuírem questionário socioeconômico respondido na ocasião da solicitação da proposta no referido ano.

A aplicação do questionário foi realizada nas mais diversas áreas rurais do município estudado, distribuídas em todas as comunidades, com a preocupação de buscar uma homogeneidade na amostra, com intuito de representar fielmente a população da pesquisa, e através de contato prévio com o assessor da área para evitar desperdício de tempo e custo operacional na identificação das famílias pré-selecionadas. Outra preocupação importante por parte do entrevistador foi equalizar as respostas dos clientes de forma mais simples possível, retratando a situação local para não introduzir qualquer viés amostral. Registrou-se que a pesquisa foi embasada tomando diversos cuidados, que deviam ser levados em consideração para a preservação das informações específicas, corroborando com os aspectos éticos que guiaram este estudo.

A decisão de utilizar técnicas não probabilísticas no cálculo do tamanho da amostra, nem para a seleção dos elementos amostrais, justificou a escolha do caráter exploratório da pesquisa. Um dos objetivos foi ganhar conhecimento sobre o assunto e não houve a intenção de generalizar os dados obtidos na amostra para a população.

Barbetta (2007) afirma que é errôneo considerar que para ser representativo o tamanho da amostra, o seu dimensionamento deva ser tomado como um percentual do tamanho da população.

3.4 Correlação entre os Objetivos e as Variáveis

As análises das informações sobre a avaliação das condições de vida dos beneficiários foram realizadas através de estatísticas descritivas, em que se buscou analisar o perfil socioeconômico, visando obter informações do indivíduo sobre apresentação de sua condição de vida segundo suas próprias percepções. Para o estudo proposto buscou-se estimar os efeitos das variáveis explicativas dos indicadores na obtenção dos objetivos pretendidos.

Dessa forma, a expectativa da aplicação do questionário foi atender às suposições relativas aos objetivos específicos e, conseqüentemente, o objetivo geral, podendo ser detalhada a partir da seguinte relação:

Objetivo específico (1): Caracterizar o perfil dos empreendedores que receberam financiamento pelo Programa no primeiro semestre de 2013, no município de Rio Tinto – PB.

Finalidade do objetivo (1): conhecer o perfil dos empreendedores em geral e saber quais características empreendedoras semelhantes que tornam o microempresário um tomador de crédito;

Variáveis explicativas: Sexo; Idade; Estado Civil; Nível de Escolaridade; Renda Familiar; Número de Filhos; Acesso a Serviços Bancários e produtos Financeiros; Atendimento aos Programas do Governo;

O próximo objetivo específico trata da análise das melhorias das atividades produtivas dos beneficiários do Programa, conseqüentemente, a melhoria de sua renda.

Objetivo específico (2): Analisar a melhoria na atividade produtiva e renda familiar dos produtores beneficiados com a concessão de crédito, a partir da solicitação do crédito.

Finalidade do objetivo (2): analisar a partir das informações coletadas através do questionário, qual impacto houve na renda do indivíduo, buscando-o uma melhor capacidade de geração de receitas;

Variáveis explicativas: Condição de Uso e Posse da Terra; Pertencente à Organização Social; Tecnologia Empregada na Atividade; Fornecedores dos Itens Financiados; Comercialização dos Produtos; Forma de Comercialização; Situação de Mercado; Aquisição de Bens Produtivos.

O objetivo específico seguinte trata da análise das melhorias das condições de vida das famílias beneficiários do Programa.

Objetivo específico (3): Verificar o impacto do Programa Agroamigo na melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas no município estudado.

Finalidade do objetivo (3): buscar verificar se houve melhoria na condição de vida das famílias beneficiadas, a partir da sua constatação, através da aplicação do questionário;

Variáveis explicativas: Acesso à infraestrutura; Condições da Moradia; Saúde; Renda Familiar; Acesso a escolas; Tipo de entretenimento disponível.

O específico (4) trata de uma análise, através da visão dos usuários, das vantagens ou desvantagens percebidas pelos beneficiários do Programa Agroamigo.

Objetivo específico (4): Verificar, na visão dos beneficiários, sua percepção sobre o Programa Agroamigo do BNB, no que tange o processo de concessão do crédito.

Finalidade do objetivo: buscar através da visão dos próprios usuários, como o Programa é reconhecido na prática. Quais seus pontos fortes e pontos a serem melhorados dentro do processo de concessão de crédito com intuito de repassarmos aos gestores do Programa para a busca da melhoria contínua.

Variáveis explicativas: Valor Financiado; Valor Financiado adequado; Prazo; Prazo adequado; Vantagem do Programa; Desvantagem do Programa; Marca do Programa.

Com o atendimento de todos objetivos específicos, pretendeu-se o atendimento integral do Objetivo Geral, onde buscou analisar o impacto do Programa Agroamigo na melhoria na renda e nas condições de vida dos beneficiários no município de Rio Tinto-PB, como também, responder à pergunta norteadora de todo o projeto de pesquisa.

Para Maciel (2009) para o enfrentamento de problemas sociais sérios como a erradicação da pobreza, as políticas públicas precisam ser aplicadas levando em consideração as especificidades locais. Cada região, estado, município, comunidade possui suas características próprias que exigem estratégias para enfrentar o problema em questão. Segundo Guerrero e Hoyos (1983) a construção do índice de qualidade de vida está condicionada ao tipo de população estudada, pois as necessidades de famílias pobres são diferentes das de famílias ricas. Os componentes básicos como alimentação, saúde e habitação são mais importantes na categoria pobre do que na categoria rica.

Já o estudo realizado por Viana et. al. (1980) interpreta o desenvolvimento como um processo de promoção humana representado pela qualidade de vida, no qual qualidade de vida significa bem-estar familiar. A qualidade de vida seria dividida em três grupos: grupo de variáveis econômicas, variáveis sociais e variáveis psicológicas.

Observa-se que não existe uma definição exata do que seja qualidade de vida, mas há várias tentativas de definição. Neste trabalho foi feita a mensuração da condição de vida dos beneficiários do Programa de Microcrédito Rural, no município de Rio Tinto-PB, utilizando as perguntas do questionário que abordam: condições de saúde, acesso à educação, aspectos habitacionais, condições sanitárias e de higiene, situação econômica e condições de lazer.

Neste contexto, as condições de vida foram representadas através das respostas dos entrevistados relativas à satisfação de suas necessidades, fazendo com que os indicadores

subjetivos das condições de vida fossem obtidos de acordo com a própria percepção do indivíduo.

3.5 Método de Análise

A estratégia de pesquisa aqui escolhida e o tratamento dos dados coletados foi baseado na Estatística Descritiva, utilizando as mais diversas técnicas existentes, dentre elas: descrição tabular, gráficos descritivos e descrição paramétrica.

Para Conti (2012) as técnicas descritivas ou exploratórias são utilizadas, prioritariamente, para organizar os dados e investigá-los, relatar ou expor características e procurar indícios de padrões ou características interessantes que possam indicar possíveis tendências. Desta forma, ainda segundo a autora, essas técnicas baseiam-se na leitura e no resumo dos dados utilizando tabelas, gráficos, estatísticas e esquemas. Elas devem fornecer resultados simples, atraindo a atenção de quem lê, utilizando exposições auto-explicativas, de fácil compreensão e são confiáveis como estatística.

Para Silvestre (2007) na análise estatística descritiva está-se interessado na medida das características dos elementos de toda a população. As grandezas respeitantes à população são designadas por parâmetros. O fim deste tipo de análise é a obtenção do valor preciso destes parâmetros com base nas observações feitas em todos os elementos da população.

Esse trabalho teve também como objetivo avaliar a influência do Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste do Brasil S.A., na melhoria de renda e condição de vida dos beneficiários, além de conhecer o perfil e as percepções dos atores sociais sobre o tema e as suas perspectivas futuras. Os dados foram coletados através de questionário. As análises foram realizadas, através das técnicas mais adequadas para cada etapa do processo.

A importância da pesquisa esteve baseada nos seguintes parâmetros: conhecer o perfil dos beneficiários do Estado da Paraíba; verificar o papel do Programa dentro do contexto de política pública, inseridas no Programa *Brasil Sem Miséria*, através da melhoria na renda e condição de vida dos clientes; a partir das informações coletadas e trabalhadas, propor melhorias no modelo de gestão do Programa, se necessário; identificar possíveis gargalos, relacionados ao Programa, no atendimento do público específico, buscando o desenvolvimento das famílias. Com relação às limitações e dificuldades apresentadas na elaboração do trabalho se encontram detalhadas no parágrafo seguinte. Somado a isto, encontraremos logo em seguida, as análises estatísticas descritiva com dados pareados a partir de uma comparação do mesmo indivíduo em momentos distintos, além do Teste “T” de Student – para duas amostras pareadas e a Determinação do tamanho da amostra para populações finitas

3.5.1 Limitações do método de análise

Para Vergara (2007) todo o método tem possibilidades e limitações. Assim, a pesquisa que está sendo proposta apresenta restrições quanto à possibilidade de generalizar os resultados, pois se trata de um estudo por amostragem de uma população localizada na Mesorregião da Mata Paraibana no Estado da Paraíba, próximo a capital João Pessoa. Adicionalmente, tem-se como ponto limitador uma ausência de algumas informações cadastrais, uma vez que nem todas as informações são devidamente registradas. Diante disso, se teve o não aproveitamento em dez questionários, por não estarem cadastrados corretamente.

Da mesma forma foi limitante o tamanho da amostra de pessoas pesquisadas, pois, pelo tempo disponível, foi utilizada uma seleção por acessibilidade. Em relação à

manipulação dos dados, em se tratando de pesquisa com base em informações transcritas dos questionários aplicados perante os pesquisados, sempre existe a possibilidade de erro, pois depende de como o entrevistador coletou as informações e as transcreveu para o questionário.

Somado a isto tem-se o baixo nível de capital humano dos entrevistados, como um fator impeditivo para um pleno desenvolvimento de pesquisas desse tipo, principalmente, quando teve-se a oportunidade de discutir sobre o conceito de Qualidade de Vida e sua aplicabilidade na vida prática dos beneficiários, onde essa era a ideia inicial proposta por esse trabalho.

Uma limitação adicional diz respeito à desistência ou abandono dos clientes em continuar operando seus empreendimentos, dificultando a localização desses clientes no endereço cadastrado no momento da solicitação do crédito. Como a pesquisa objetivou acompanhar os clientes que solicitaram crédito por um período de seis meses do ano de 2013, o fato de desistirem do empreendimento e, assim, não desenvolverem mais atividade dentro do contexto inicial teve como consequência a eliminação destes clientes da amostra e isto trouxe reflexos na pesquisa, pois não sendo possível coletar dados concretos. Com resultado, viés da amostra que foi alterada, foi possível mensurar fielmente o papel direto do microcrédito na melhoria da renda e condição de vida de alguns beneficiários pertencentes à amostra.

3.6 Testes Utilizados na Pesquisa

O teste utilizado neste trabalho, bem como o cálculo para a determinação amostral, foram baseados nas possibilidades estatísticas a partir da coleta dos dados e os objetivos que foram delineados no início deste estudo.

3.6.1 Teste T de Student – duas amostras pareadas

Para Levine (2000) em um estudo pareado temos duas amostras, mas cada observação da primeira amostra é pareada com uma observação da segunda amostra. Tal delineamento ocorre, por exemplo, num estudo de medidas feitas antes e depois no mesmo indivíduo ou num estudo de gêmeos (onde cada conjunto de gêmeos forma um dado pareado). Como esperado, as duas observações do mesmo indivíduo (ou de um conjunto de gêmeos) são mais prováveis de serem similares, e portanto não são considerados estatisticamente independentes.

Hipóteses:

$$\begin{cases} H_0: \mu_{\text{Antes}} = \mu_{\text{Depois}} \\ H_a: \mu_{\text{Antes}} \neq \mu_{\text{Depois}} \end{cases}$$

A estatística de teste baseia-se nas diferenças ‘antes’ e ‘depois’ para cada elemento da amostra.

1. Estatística de teste:

$$t = \frac{\bar{d}}{S_d / \sqrt{n}}$$

Onde:

\bar{d} : é a média das diferenças.

S_d : é o desvio-padrão das diferenças.

N : é o número de amostras da população

As regiões de rejeição e aceitação do teste são estabelecidas pelos valores de t .

3.6.2 Determinação do tamanho da amostra para populações finitas

De acordo ao que afirma Mattar (1996) a amostragem é uma etapa de grande importância no delineamento da pesquisa. Isto porque é capaz de determinar a validade dos dados obtidos. Sua ideia básica refere-se "à coleta de dados relativos a alguns elementos da população e a sua análise, que pode proporcionar informações relevantes sobre toda a população".

Para o mesmo autor a escolha do processo de amostragem, o pesquisador deve levar em conta o tipo de pesquisa, a acessibilidade aos elementos da população, a disponibilidade ou não de ter os elementos da população, a representatividade desejada ou necessária, a oportunidade apresentada pela ocorrência de fatos ou eventos, a disponibilidade de tempo, recursos financeiros e humanos etc. Apesar da impossibilidade de generalização de resultados, uma amostra não probabilística pode ser útil e até mesmo preferível em relação à amostra probabilística em uma série de situações. O importante é que suas limitações estejam claras para que não haja erros na análise dos resultados.

Esse trabalho foi baseado em uma amostragem não probabilística, que segundo Mattar (1996), é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo.

A maior parte das populações não é tão grande em comparação com as amostras. Caso a amostra tenha um tamanho (n) maior ou igual a 5% do tamanho da população (N), considera-se que a população seja finita.

2. Fórmula para determinação do tamanho da amostra (n) com base na estimativa da proporção populacional:

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N - 1) \cdot E^2}$$

Onde:

n: nº de indivíduos na amostra.

$Z_{\alpha/2}$: valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado.

p: proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que estamos interessados em estudar.

q: proporção populacional de indivíduos que NÃO pertence à categoria que se está interessado em estudar ($q = 1 - p$).

E: Margem de erro ou ERRO MÁXIMO DE ESTIMATIVA. Identifica a diferença máxima entre a PROPORÇÃO AMOSTRAL e a verdadeira PROPORÇÃO POPULACIONAL (p).

Se p e q não forem conhecidos, substituiremos por valores amostrais \hat{p} e \hat{q} por 0,5 (Levine, 2000).

Em relação ao assunto tratado no capítulo anterior foram vistas todas as etapas relacionadas com os procedimentos metodológicos. Somado a isto foram expostas as justificativas para a importância de estudar esta temática e limitações encontradas durante todo o percurso. A partir do próximo capítulo vai-se apresentar o resultado após o levantamento dos dados no campo e as comparações relacionadas com as informações coletadas no primeiro semestre de 2013.

4 Resultados da Pesquisa

Esta análise foi estruturada com base nos objetivos específicos elencados em seção anterior, de modo a demonstrar adequadamente os resultados obtidos na construção de cada um deles. Foi realizada a pesquisa com um grupo de clientes que obtiveram seus créditos no ano de 2013, conforme critérios estabelecidos no início do tópico que trata sobre a metodologia ora apresentada.

A análise dos clientes pesquisados, por sua vez, foi composta por quatro aspectos diferentes: em um primeiro momento, foi realizada uma análise descritiva dos dados coletados que permitiram a construção do perfil desses clientes; no segundo momento uma comparação entre os perfis socioeconômicos; logo em seguida um levantamento sobre a condição vida dos usuários e, no final, uma percepção sobre o Programa estudado. Para realização do trabalho e levantamento estatísticos foi utilizado o software SPSS¹, por ser considerado um software de fácil manipulação e simples interface para o usuário.

Para o IBGE (2011) o padrão das famílias brasileiras pode ser analisado através dos resultados de pesquisas realizadas pelo próprio instituto, principalmente, PNAD e Censo Demográfico. Tipos de família (família unipessoal, casal com ou sem filhos, mulher sem cônjuge), tamanho da família, características de sexo e idade das pessoas de referência da família são indicadores que, combinados, revelam esse padrão. Uma comparação, no tempo e no espaço, desse padrão deve considerar as características sócio-culturais e demográficas dos períodos e dos lugares selecionados para análise. O nível de educação, a taxa de atividade feminina e o tipo de inserção da mulher no mercado de trabalho, o consumo de equipamentos domiciliares modernos (freezer, máquina de lavar, computador e internet), são algumas das

¹ **SPSS** é um software aplicativo (programa de computador) do tipo científico. Originalmente o nome era acrônimo de Statistical Package for the Social Sciences - pacote estatístico para as ciências sociais, mas na atualidade a parte SPSS do nome completo do software (IBM SPSS) não tem significado.

características sócio-culturais que impactam os hábitos das famílias, traduzidos pelos indicadores demográficos de fecundidade e nupcialidade.

Outro ponto destacado pelo mesmo Instituto, onde considera que condições de vida da população brasileira podem ser avaliadas, dentre outros indicadores, pelo padrão de moradia no país. Através dos resultados de pesquisas do IBGE, domiciliares censitárias, Censo Demográfico, e domiciliares amostrais, PNAD, é possível acompanhar o desenvolvimento desse padrão, que é constituído dos indicadores de acesso aos serviços públicos urbanos (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo; transporte e lazer); indicadores de qualidade dos domicílios (tipo de material utilizado na construção da moradia), indicadores de condição de ocupação do domicílio (próprio, alugado, cedido) e do terreno onde está construído; indicadores de acesso aos bens duráveis modernos, tais como freezer, computador, internet, os quais expressam as transformações ocorrendo no País.

Na avaliação desses indicadores, além das desigualdades sócio- econômicas e cultural das famílias, deve-se levar em conta as heterogeneidades regionais e a situação rural e urbana dos domicílios.

4.1 Análise do perfil socioeconômico do beneficiário

Essa primeira etapa da pesquisa direta desenvolvida correspondeu ao primeiro objetivo específico da pesquisa, que foi caracterizar o perfil dos empreendedores que receberam financiamento pelo Programa. A determinação do perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Agroamigo é de extrema importância para a tomada de decisões, principalmente quando estas estão associadas à políticas públicas. Essa preocupação é percebida a partir do momento que através da agricultura familiar, pelo Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar do Governo Federal estabelece programas específicos para determinados públicos, como exemplo: Pronaf Mulher, Pronaf Jovem e o Semiárido.

Constatou-se maior frequência de empreendedores do sexo feminino em relação ao masculino (Tabela 1), respectivamente, com idades médias e desvios padrões de $39,09 \pm 9,84$ anos e $42,81 \pm 14,12$ anos com uma amplitude que variou dos 21 aos 75 anos.

Tabela 1 – Distribuição dos empreendedores segundo o sexo e idade, no primeiro semestre de 2014 em Rio Tinto

Relação entre a idade e renda média e sexo dos empreendedores	Sexo	
	Feminino	Masculino
Nº de Empreendedores	33	27
Idade Média	39,09	42,81
Desvio Padrão Idade	9,84	14,12

Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2014)

Trata-se de um retrato da política do Governo Federal, que vem dando um maior foco na contratação para pessoas do sexo feminino. Visto que a mulher é considerada mais uma fonte de renda para a unidade familiar, além de que, historicamente, ser possível perceber que a mulher tem um bom índice de adimplência com seus compromissos financeiros. Outro ponto de destaque da mulher dentro desse contexto trata-se de sua grande capacidade empreendedora e inovação na geração de receita para a Unidade Familiar. A partir da solicitação do seu crédito, a mulher participa da renda familiar com as mais diversas atividades (artesanato, corte e costura, hortaliças, bolos dentre outros) permitindo assim uma renda extra e com um fluxo de caixa diferente da renda proveniente do seu marido. Dentro de todo esse contexto de evolução da participação da mulher no mercado de trabalho, propicia um impacto desses rendimentos na melhoria da renda domiciliar per capita no Brasil, levando em consideração todos os setores da economia de modo geral.

Observa-se da Tabela 2 que o estado civil dos empreendedores mudou, já que no primeiro semestre de 2013 em Rio Tinto 48,3% eram solteiros (as) e, agora, o estado civil

mudou para união estável com um percentual de 51,7%. Outro percentual verificado foi relacionado ao tema educação, onde apenas 51,7% estão no momento estudando.

4.1.1 Comparativo 2013 e 2014

Tabela 2 – Análise comparativa percentual dos empreendedores de acordo com o estado civil, escolaridade, nº de filhos, se estudam e trabalham na atividade dos pais, em Rio Tinto

Comparativo em percentual dos empreendedores em relação ao estado civil, escolaridade, nº de filhos, se estudam e trabalham na atividade.	Primeiro Semestre de 2013	Primeiro Semestre de 2014
Estado Civil	Solteiro (a)	48,3%
	União Estável	-
Escolaridade	1º Incompleto	70,0%
Nº de filhos	1 a 3 filhos	63,3%
Filhos estudam?	Sim	55,0%
Filhos trabalham na atividade?	Não	70,0%

Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2014)

Foi possível perceber diante dos dados que a pesquisa apresentou um baixo índice de escolaridade do público atendido pelo Programa. Paralelamente, relacionando o tema educação com seus herdeiros foi possível notar que o nível de escolaridade ao longo do tempo permaneceu praticamente sem muitos avanços. Fato importante que precisa ser levado em consideração a partir do momento que o tema educação está presente em todas as esferas do governo, inclusive como pré requisitos para atendimento em alguns programas do governo. Fator determinante para o andamento da pesquisa, uma vez que o pesquisador teve de bastante cuidado no momento da aplicação do questionário.

Da Tabela 3 percebe-se que os empreendedores no primeiro semestre de 2014 passaram a ter mais acesso a algum serviço ou produto bancário. Isso pode ser demonstrado nos percentuais que antes correspondiam a 50% os que não possuíam nenhum acesso para o

percentual de 41,7%. Atualmente, é possível constatar que o acesso à caderneta de poupança passou de 33,3% para 45%.

Com relação ao programa do Governo Federal Bolsa Família foi possível verificar que este continuou em ascensão de 46,7% no primeiro semestre de 2013 para 55% em 2014. Sobre os desejos dos empreendedores a maioria (98,3%) gostaria de investir na própria atividade, já em 2014, esses desejos se dividiram entre investir na própria atividade, educação para os filhos e reforma de residência com respectivamente, 70%, 10% e 8,3%.

Tabela 3 – Comparativo em percentual dos empreendedores segundo o acesso aos serviços bancários e produtos financeiros, programa de governo e desejos, em Rio Tinto

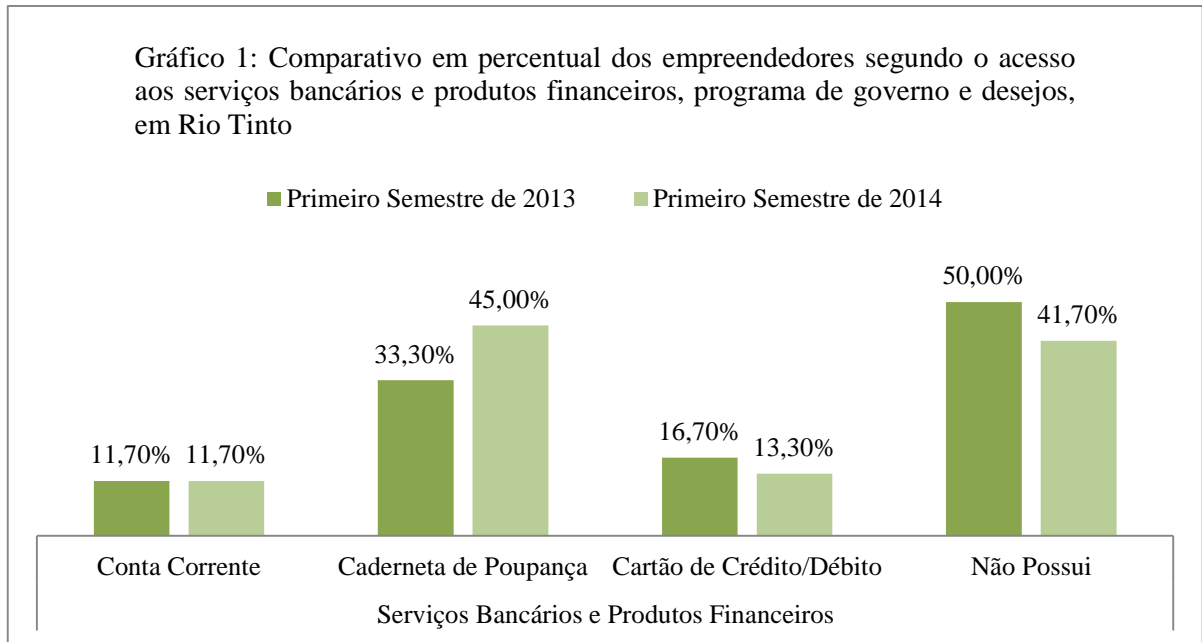
Comparativo em percentual dos empreendedores com relação aos serviços bancários, programa de governo e desejos		Primeiro Semestre de 2013	Primeiro Semestre de 2014
Serviços Bancários e Produtos Financeiros			
	Conta Corrente	11,7%	11,7%
	Caderneta de Poupança	33,3%	45,0%
	Cartão de Crédito/Débito	16,7%	13,3%
	Não Possui	50,0%	41,7%
Programa de Governo, qual?	Bolsa Família	46,7%	55,0%
Desejos	Investir na própria atividade	98,3%	70,0%
	Educação para os filhos	-	10,0%
	Reforma de residência	-	8,3%

Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2014)

O Governo Federal, por meios dos seus mais diversos meios, tem buscado um processo intenso de Bancarização para toda a sociedade brasileira. Esse processo atinge, principalmente, as camadas sociais mais desfavorecidas. Como demonstrado na pesquisa o número de pessoas que não possuem serviço bancário está diminuindo e a tendência é desaparecer, uma vez que será pré-requisito para operacionalizar com as instituições financeiras é ter o mínimo de relacionamento, além de motivar o papel do cidadão perante a sociedade. Deve-se ter o cuidado e verificar se realmente as famílias estão poupando mais, ou apenas ainda não solicitaram todo o dinheiro do financiamento. Outro detalhe importante é

relacionado aos cartões de crédito, observem que o percentual diminuiu em relação ao mesmo período de 2013, trata-se de uma questão relacionado cultural desse público, onde não possuem maiores informações para trabalhar com esse tipo de produto.

Outra fato com relevância destacado pela pesquisa direta se dá ao fato do Bolsa Família, Programa do Governo Federal, onde boa parte dos clientes do Agroamigo possuem beneficiamento do Bolsa Família. Hoje na Paraíba é possível trabalhar com uma grande fatia desse público, que dentre outros objetivos, possuem a capacidade de permitir que essas famílias saiam da margem da pobreza acentuada e busquem melhores oportunidades de crescimento econômico. Ressaltamos como ponto primordial desse atendimento é a possibilidade das pessoas beneficiadas puderem ter acesso ao crédito bancário e possuírem a sensibilidade de que esse dinheiro terá que ser retornado aos cofres do governo. Dessa forma, cria-se uma cultura de pagamento e evita os pensamentos do papel assistencialista do Governo Federal. Esse processo de crédito torna-se um aliado desse pensamento de crescimento social com a responsabilidade de todos. Ao analisarmos o gráfico abaixo, percebemos visualmente a evolução do processo de bancarização.



Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2014)

4.2 Análise da Melhoria na Atividade Produtiva e Renda Familiar

De acordo Neiva (2000) o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) calcula o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Apesar de sua concepção básica ter permanecido inalterada, o índice foi reformulado ao longo dos anos, objetivando o aperfeiçoamento da metodologia de construção. IDH representa as três características desejáveis e esperadas do processo de desenvolvimento humano, entre elas a renda: ajustada para refletir a paridade do poder de compra entre os países.

Por outro lado, um dos objetivos do Programa Agroamigo é a geração de emprego e renda no meio rural. Diante desse fato foi levado em consideração o cálculo da renda dos beneficiários, proporcionada pelo Programa, através da comparação entre a renda no momento da solicitação da proposta em 2013 e as informações solicitadas na aplicação do

questionário. As duas informações tiveram como fonte de veracidade a declaração do próprio beneficiário.

Observou-se na Tabela 4 que a principal atividade dos empreendedores é a bovinocultura, tanto no primeiro semestre de 2013 (63,3%), como em 2014 (65%), a dedicação à atividade é complementar, tendo um aumento de 65% no primeiro semestre de 2013 para 73,3% em 2014. O uso e posse da terra passaram a ser de posseiros com 68,3% em 2014. Quanto à renda média dos empreendedores que era de R\$ 1.005,48 no primeiro semestre de 2013, houve o aumento para R\$ 4.651,51 em 2014. Este aumento ainda pode ser observado na área média do imóvel, que era de 1,12 há, e passou para 6,94 ha. Houve um acréscimo com relação à tecnologia empregada na atividade. Outro ponto que se desenvolveu correspondeu ao sistema de irrigação que em 2013 era de 16,7% passou para 20% em 2014.

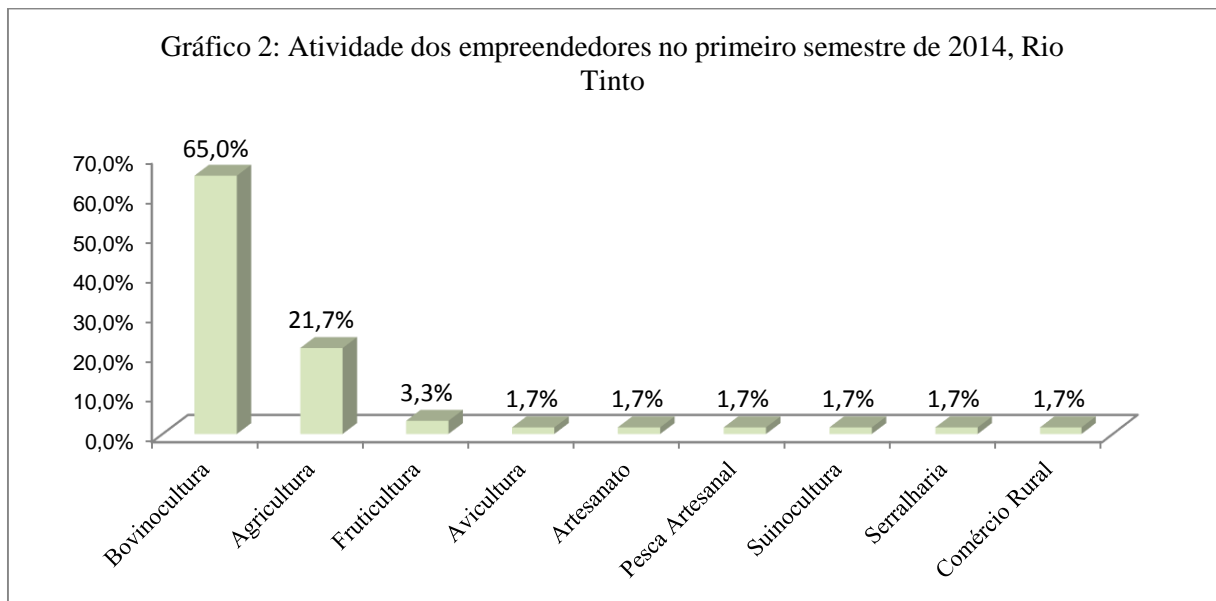
Tabela 4 – Comparativo em percentual dos empreendedores segundo à atividade, em Rio Tinto

Comparativo em percentual dos empreendedores com relação à atividade		Primeiro Semestre de 2013	Primeiro Semestre de 2014
Atividade	Bovinocultura	63,3%	65%
Dedicação	Complementar	65%	73,3%
Renda média Anual		R\$ 1.005,48	R\$ 4.651,51
Uso e Posse da terra	Posseiro	-	68,30%
Área média do imóvel		1,12 há	6,94 há
Tecnologia empregada	Irrigação	16,7%	20%
Fornecedores	Vários	100%	100%
Comercialização	Local	100%	100%
Forma de comercialização	Direta	100%	100%
Situação de Mercado	Demanda elevada com concorrentes locais	100%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2014)

Esses dados da pesquisa são de extrema importância, quando se relaciona com a atividade produtiva dos beneficiários. A bovinocultura é a atividade de maior expressão nos financiamentos, sendo dividida em recria e engorda. O comércio local é aquecido pelo fator

de possuir um recinto apropriado para comercialização, além de abastecer boa parte das cidades circunvizinhas. Veja conforme tabela abaixo, a predominância da bovinocultura em relação às demais atividades., sendo a atividade a bovinocultura em primeiro lugar com 65,0% e a agricultura com 21,7% em segundo plano.



Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2014)

Como já foi percebido o aumento da Renda considerável demonstra o papel da importância do Programa Agroamigo na geração de renda no meio rural. Outro fator de destaque é o aumento na área de cultivo do imóvel, onde muitas vezes os agricultores com recursos próprios arrendam terras vizinhas para aumentar sua capacidade de produção, conforme sua atividade. Muitas vezes no processo de comercialização direta, tem-se ainda a figura do “atravessador” que, normalmente, ganha uma boa parcela da rentabilidade do produto que deveria ficar com o agricultor. Essa prática de intermediários da produção, poderá ser fortemente combatida através de boas parcerias entre todos os entes envolvidos na agricultura familiar. Outro ponto que merece destaque é o fator da modernização da área rural, através da irrigação. Esse fato se dá por estarmos na região nordeste e frequentemente sermos surpreendidos com secas prolongadas, ocasionando quedas na produção agrícola. Boa

parte dos agricultores familiares iniciam a prevenção desse fenômeno, adquirindo material de irrigação, melhorando também a sua produtividade por hectare.

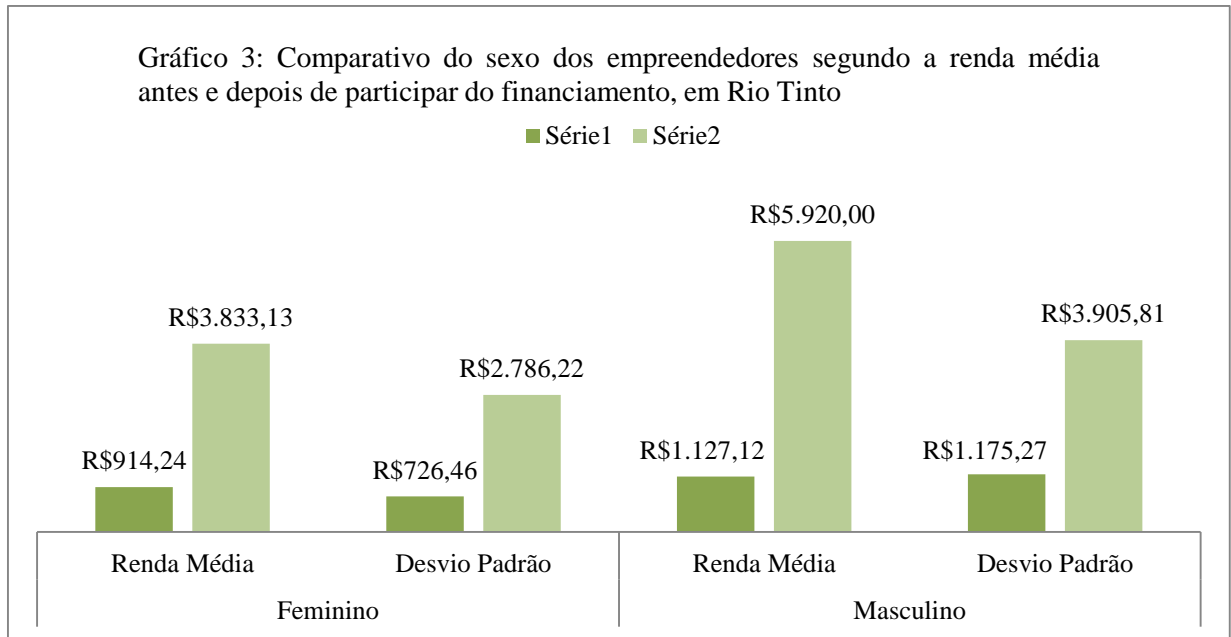
Verificou-se da Tabela 5 que a renda média das mulheres no primeiro semestre de 2013, quando não tinham se submetido a um financiamento, era de R\$ 914,24, passando para R\$ 3.833,13 em 2014, após fazer o programa de financiamento. Ou seja, houve um aumento de mais de 4 vezes o valor da renda média de 2013. Já a renda média dos homens no primeiro semestre de 2013 era de R\$ 1.127,12 reais passando para R\$ 5.920,00 reais, apresentando um acréscimo de mais de 5 vezes em relação a renda média de 2013.

Tabela 5 – Comparativo do sexo dos empreendedores segundo a renda média anual antes e depois de participar do financiamento, em Rio Tinto

Relação entre a renda média e sexo dos empreendedores		2013	2014
Feminino	Renda Média	R\$ 914,24	R\$ 3.833,13
	Desvio Padrão	R\$ 726,46	R\$ 2.786,22
Masculino	Renda Média	R\$ 1.127,12	R\$ 5.920,00
	Desvio Padrão	R\$ 1.175,27	R\$ 3.905,81

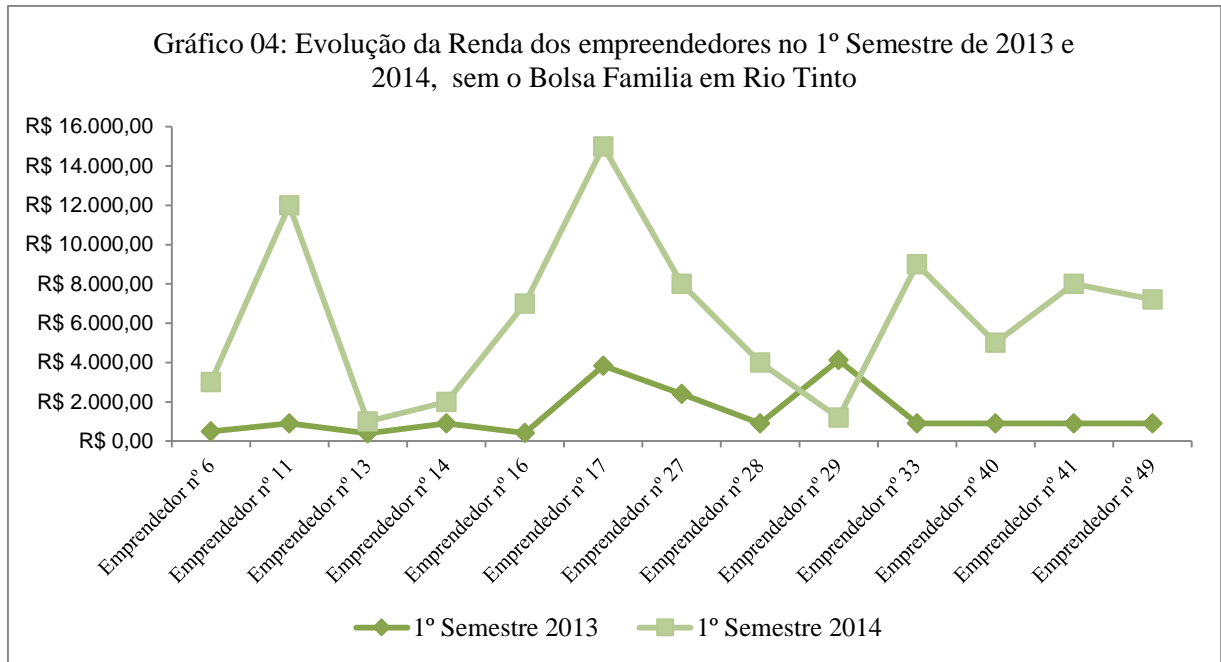
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2014)

Como mostrado anteriormente, o processo de inserção do sexo feminino na geração de emprego e renda na zona rural vem trazendo efeitos positivos para a Unidade Familiar. Essa parcela da população é detentora de programas específicos para atender suas necessidades. A beneficiária hoje pode fazer parte da renda da família, propiciando maior conforto e qualidade de vida para todos da Unidade Familiar. Como relatado anteriormente, hoje as mulheres possuem uma grande capacidade empreendedora e inovação, através de novas fontes de renda no meio rural. Trazendo uma maior diversidade de atividades geradoras de receita, além de melhorar a renda da Unidade Familiar. Pelo gráfico abaixo, vemos um avanço no desvio padrão das mulheres, quando relacionamos com os dos homens. Apesar que o sexo masculino predomina na questão relacionada a renda familiar.



Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2014)

Como forma de minimizar o efeito do Programa Bolsa Família na renda anual da Unidade Familiar, programa considerado neste espaço de tempo constante na renda familiar das pessoas estudadas, consideramos para análise através de uma amostra de 13 indivíduos que atenderam o seguinte critério: não possuem atendimento através do Bolsa Família no intervalo de 2013 a 2014, além de possuírem o questionário respondido, de forma completa, para realizar as comparações devidas.



Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2014)

Pelo Gráfico acima, percebe-se que houve uma evolução da renda dos empreendedores, que não foram atendidos pelo programa de governo bolsa família e que apresentaram questionários completos, do primeiro semestre de 2013 em relação ao primeiro semestre de 2014, ou seja, houve um acréscimo na renda depois que os empreendedores participaram do Programa de financiamento. Diante dessa informação, percebemos mais uma vez o papel do Programa Agroamigo sendo cumprido de forma concreta dentro do escopo esperado por sua missão aos agricultores familiares.

Como forma de ilustrar melhor essa pesquisa, levando em consideração o cenário nacional e uma comparação com resultados ora apresentados, trazemos a definição do Índice de Gini e seus dados pertencentes ao IBGE.

Para o Instituto o Índice de Gini reflete a medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). Neste quadro reflete o Rendimento médio mensal domiciliar, por classes de Salário Mínimo no Estado da Paraíba, levando em consideração os salários mínimos da época (2002 – R\$ 200,00; 2004 – R\$ 260,00; 2005 – R\$ 300,00; 2006 – R\$ 350,00; 2007 – R\$ 380,00 e 2008 –

R\$ 415,00). Perceba a grande concentração do percentual da população até dois salários mínimos, que representa significativamente o público alvo do Programa Agroamigo.

Outro ponto a ser abordado neste contexto, que até 2008, conforme informações da tabela existiam famílias sem rendimento de qualquer natureza. Daí demonstra a importância de cunho social do Programa de Microcrédito para as pessoas iniciarem sua vida empreendedora, gerando renda e dignidade para essas famílias.

Tabela 6 – Rendimento médio mensal domiciliar por classes de Salário Mínimo

Rendimento mensal x salário mínimo							
Período	Ate 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Sem rendimento
2001	24,73	30,69	15,8	12,29	8,51	3,83	1,38
2002	20,52	29,25	18,94	14,58	9,09	3,5	0,25
2003	24,64	29,74	15,1	14,9	8,72	3,83	1,07
2004	21,69	30,99	16,76	14,47	8,43	3,66	0,93
2005	22,06	29,92	18,38	13,24	9,43	3,58	0,38
2006	21,31	34,13	17,9	12,63	7,65	3,17	0,65
2007	24,53	30,18	18,22	12,98	7,23	3,2	1,58
2008	23,72	30,87	17,52	13,21	6,93	3,21	1,1

Fonte: Dados do IBGE

Do objetivo do investimento e conhecimento do Programa (Tabela 6), vê-se que 68,3% optaram pelo investimento + custeio; e todos (100%) os empreendedores tiveram conhecimento do programa pelo assessor de Agroamigo.

Tabela 7 – Distribuição em percentuais dos empreendedores segundo o objetivo de investimento e conhecimento do programa, em Rio Tinto no primeiro semestre de 2013

Percentual dos empreendedores em relação ao objetivo do investimento e conhecimento do programa		%
Objetivo	Investimento	31,7%
	Investimento + Custeio	68,3%
	Custeio	-
Conhecimento do Programa	Assessor de Agroamigo	100%

Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2014)

Essa informação é de grande importância uma vez que a partir da modalidade de crédito adquirida pelo beneficiário, o seu retorno financeiro será mais rápido e gerará mais fluxo financeiro na sua renda Familiar. De acordo com a modalidade de crédito o acompanhamento do assessor e a necessidade de cliente serão diferentes. Esse ponto é de extrema importância para o beneficiário saber o ciclo da sua atividade e se planejar melhor para o pagamento das parcelas.

Foi possível perceber que a forte presença e confiança que o Assessor de Crédito, colaborador que presta serviço ao Agroamigo, possui perante o público estudado. Ele possui papel fundamental no andamento e sucesso do empreendimento, além de promover a marca do Programa perante toda a zona rural de sua atuação. Esse fator se torna preocupante, uma vez que todo o processo de propaganda sobre o Programa precisa ser analisado e verificado se os canais utilizados estão dentro do contexto esperado.

4.3 Análise da Melhoria do Nível de Condição de Vida

Como forma de verificar a influência do Programa Agroamigo na melhoria da condição de vida da população beneficiada foi feita uma análise do nível de qualidade de vida da população beneficiada pelo Programa de Microcrédito Rural, através da aplicação de um

questionário levando em consideração alguns indicadores pré-determinados. Foi realizada uma comparação entre esses indicadores em dois momentos distintos. Sendo o primeiro no período de solicitação da proposta em 2013, e o segundo através das informações solicitadas na aplicação do questionário. As duas informações tiveram como fonte de veracidade a declaração do próprio beneficiário.

Na análise da condição de vida foram consideradas as seguintes variáveis: Acesso à infraestrutura; Condições de Moradia; Saúde; Renda Familiar; Acesso às escolas; Tipo de entretenimento disponível.

Por meio das variáveis socioeconômicas (Tabela 7) identificou-se que com relação à infraestrutura, em Rio Tinto, os empreendedores passaram a ter mais acesso à água da cisterna; o índice saltou de 6,7%, no primeiro semestre de 2013, para 11,7% no primeiro semestre de 2014. Todos continuaram a ter acesso à energia. Enquanto que o quesito estrada sem pavimentação continuou com percentuais elevados, de 95% no primeiro semestre de 2013, passando para 96,7% no primeiro semestre de 2014. Com relação ao saneamento houve um declínio no uso da fossa, que era de 96,7% em 2013 e passou para 90% em 2014. Em razão da internet e coleta de lixo tem-se, respectivamente, 6,7% e 15% dos empreendedores passaram a ter acesso a estes serviços no ano de 2014.

Das condições de moradia viu-se que a maioria dos empreendedores que tinham mais de 7 cômodos no primeiro semestre de 2013, correspondendo a 16,7% teve-se o aumento para 23% em 2014. E dos eletrodomésticos utilizados o que mais chamou atenção foi o computador com 3,3% em 2013, passando para 11,7% em 2014.

Do acesso à saúde foi possível se observar que a maior parte dos empreendedores passou a ter acesso aos postos de saúde.

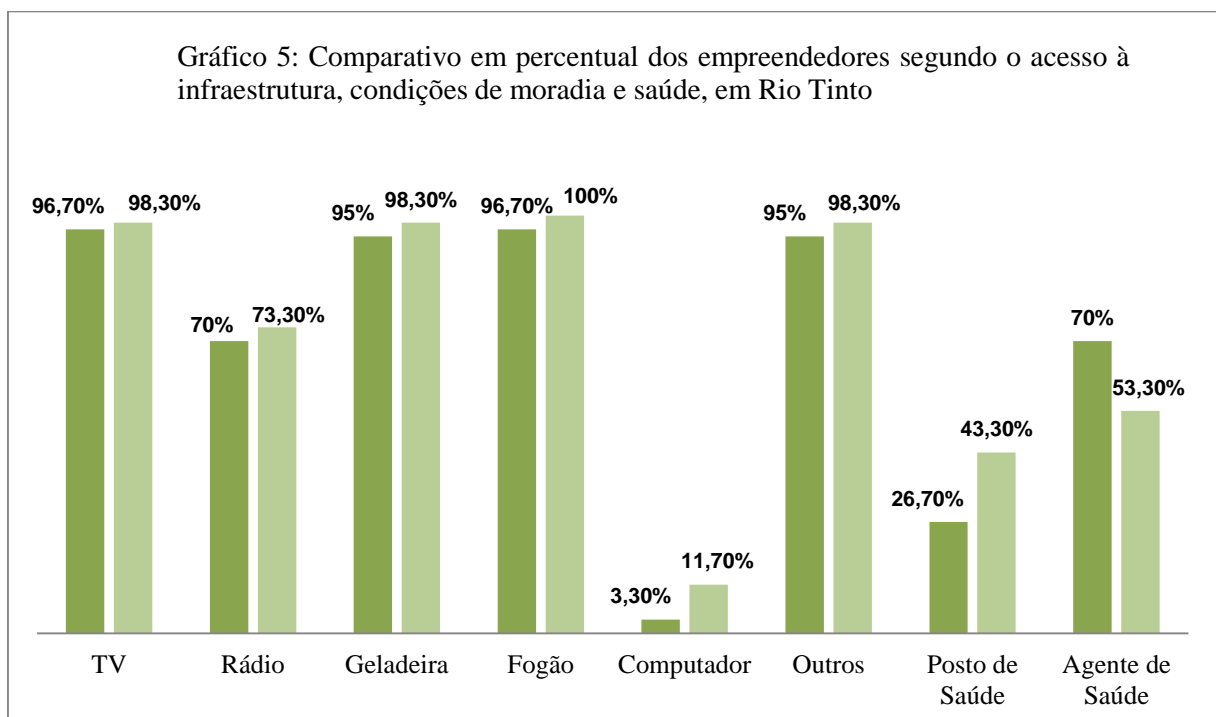
Tabela 8 – Comparativo, em percentual, dos empreendedores segundo o acesso à infraestrutura, condições de moradia e saúde, em Rio Tinto

Comparativo em percentual dos empreendedores com relação à infraestrutura, condições de moradia e saúde		Primeiro Semestre de 2013	Primeiro Semestre de 2014
Água	Cisterna	6,7%	11,7%
Energia	Sim	100%	100%
Estrada	Sem pavimentação	95%	96,7%
Saneamento	Fossa	96,7%	90%
Internet	Sim	-	6,7%
Coleta de lixo	Sim	10%	15%
Nº de cômodos	Acima de 7 cômodos	16,7%	23%
Eletrodomésticos utilizados	TV	96,7%	98,3%
	Rádio	70%	73,3%
	Geladeira	95%	98,3%
	Fogão	96,7%	100%
	Computador	3,3%	11,7%
	Outros	95%	98,3%
Saúde	Posto de Saúde	26,7%	43,3%
	Agente de Saúde	70%	53,3%

Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2014)

Destacamos a evolução na aquisição de bens duráveis em todas as variáveis estudadas, reflexo do aumento da sua capacidade produtiva e renda da Unidade Familiar. Podemos atribuir entre os fatores positivos para esse efeito, a inserção do Programa Agroamigo no cotidiano dessas famílias, uma vez que foi possível perceber em outro momento dessa pesquisa que a renda das famílias beneficiadas e sua capacidade de produção aumentou consideravelmente. Como dito anteriormente, para o IBGE (2011) o consumo de equipamentos domiciliares modernos (freezer, máquina de lavar, computador e internet), são algumas das características socioculturais que impactam os hábitos das famílias, traduzidos pelos indicadores demográficos de fecundidade e nupcialidade. Diante dessa afirmação, percebemos uma evolução desses indicadores dentro da pesquisa, o que reafirmar a melhoria na condição de vida dessas famílias. Essas informações expressam as transformações ocorrendo na região Nordeste, principalmente no município estudado. Destacamos o uso do

computador como um dos grandes pilares dessa evolução, ao se tratar de pessoas consideradas de baixa renda e não terem acesso a esse tipo de tecnologia até pouco tempo. Outro ponto de destaque é o uso do fogão, que chegamos em pleno século XXI com pessoas que não possuem um eletrodoméstico tão elementar nas maiores dos lares brasileiros. Temos também um indicador da qualidade dos lares, relacionado aos números de cômodos que começam a aumentar e melhorar a condição de vida dessas pessoas estudadas. Como mostrado no gráfico abaixo, visualmente percebemos melhora nos indicadores mencionados.



Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2014)

4.4 Visão dos Beneficiários Sobre o Programa Agroamigo

Esse tópico teve como principal objetivo buscar através da visão dos próprios usuários, a maneira pela qual o Programa é reconhecido na prática. Quais seus pontos fortes e pontos a serem melhorados dentro do processo de concessão de crédito com intuito de poder ser repassados os resultados aos gestores do Programa para a busca da melhoria contínua. A

partir dessa visão do beneficiário no campo, e trazer para uma discussão sobre o Programa, uma visão crítica de todos os elos do processo e, a partir daí, tentar melhores formas de atuação sobre o referido público.

Das informações após o atendimento e sua percepção sobre o programa (Tabela 8), observa-se que todos os empreendedores informaram que houve melhoria de renda 78,3% não passaram a investir em outro negócio, que a compra de bens móveis e imóveis melhoraram (73,3%), sendo que 46,7% informaram que não possui outros bens móveis e apenas 1,7% adquiriam o bem imóvel (casa).

A condição de lazer e descanso dos empreendedores permaneceu inalterada (51,7%), o tipo de lazer que passaram ter foi o descanso semanal com 61,7%. Sobre a permanência dos filhos na escola foi possível perceber que 36,7% obtiveram uma realidade positiva. E a totalidade, 100%, dos empreendedores passaram utilizar o SUS – Sistema Único de Saúde.

Sobre a percepção sobre o programa, 98,3% dos empreendedores financiaram o valor de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 reais. Os resultados apontam para o índice de 70% que afirmaram que o valor financiado foi bom; 91,7% informaram que o prazo financiado foi acima de 2 anos e o tempo foi bom (58,3%). Sobre as vantagens e desvantagens do programa, 78,3% informou que houve um aumento de capital e 85% afirmou que não houve nenhuma desvantagem em fazer o financiamento. Do conhecimento do empreendedor sobre a marca do programa de Microcrédito Rural, 56,7% conhecem a marca.

Tabela 9 – Distribuição dos empreendedores segundo as informações após atendimento e sua percepção sobre o programa, em Rio Tinto no primeiro semestre de 2014

Percentual dos empreendedores em relação as informações após atendimento pelo Programa e sua percepção		%
	Houve melhoria de renda	100,0%
	Comprei animais	56,7%
	Comprei maquinários	30,0%
	Não passei a investir em outro negócio	78,3%
	Compra de bens móveis e imóveis melhoraram	73,3%
Bens móveis adquiridos	Geladeira	16,7%
	TV	6,7%
	Computador	5,0%
	Som	8,3%
	Não possui outros bens	46,7%
Bens imóveis adquiridos	Casa	1,7%
	Lotes	-
	Sítio	-
	Outros	-
	Lazer e descanso inalterado	51,7%
	Descanso semanal	61,7%
	Os filhos permaneceram na escola	36,7%
	Uso do SUS- Sistema Único de Saúde	100,0%
Percepção sobre o programa	Valor financiado R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	98,3%
	Valor financiado foi bom	70,0%
	Prazo acima de 2 anos	91,7%
	Prazo foi bom	58,3%
	Vantagem do programa - Aumento de capital	78,3%
	Vantagem do programa - Expansão do negócio	16,7%
	Vantagem do programa - Acesso à tecnologia	13,3%
	Desvantagem do programa - Nenhuma	85,0%
Conhece a Marca do Programa	56,7%	

Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2014)

Como visto, anteriormente, a renda foi bastante alterada ao longo do ano e com o apoio e atuação do Programa. Boa parte dos pesquisados compram animais, considerada atividade principal, para gerar a receita dentro dessa própria atividade. Outro ponto que valeu a pena ser comentado é o fato da aquisição de imóvel, apesar de forma pouco expressiva demonstra a evolução na condição de vida dos beneficiários. Para os clientes do Programa, o

termo condição e qualidade de vida estão muito ligados a ter saúde, moradia, atividade produtiva suficiente para sustentar sua família e comprar bens de consumo. Percebemos a grande utilização do Sistema Único de Saúde, por parte de todos os entrevistados. Trata-se pessoas com baixa renda e que não possuem condições de utilizarem planos de saúde particulares.

Dentro desse contexto o Programa consegue auxiliar na busca por índices indicativos de uma melhor condição de vida. Com relação à percepção sobre o Programa, dentre as vantagens observou-se o aumento de capital, que se explica diretamente pelo fato da concessão de crédito, além da expansão do negócio a partir do momento que consegue melhorar sua atividade produtiva. Neste mesmo sentido, temos um aumento ao acesso a tecnologia, possibilitando um maior ganho de produção e rentabilidade para toda a família.

Um fator que mereceu comentário no estudo ora realizado se deu pelo fato de que na visão dos beneficiários não hajam desvantagem percebidas no Programa, uma vez que possuem atendimento na própria comunidade e recebem bonificação do Governo Federal, caso venha pagar em dia.

Chama-se a atenção pelo fato de pouco mais da metade conhecer a marca do Programa. Da mesma forma, dito anteriormente, esse conhecimento está sendo realizado unicamente pelo assessor de crédito do Programa. Fica um alerta sobre os canais de comunicação utilizados para realizar uma propaganda ainda mais efetiva e eficaz desse produto.

4.5 Resolução dos testes utilizados

4.5.1 Teste T de Student – duas amostras pareadas

Por meio de análises de dados para amostras pareadas (Tabela 9), verifica-se que houve diferença estatística significativa ($p \leq 0,05$) tanto para renda como para a área do imóvel, antes e depois do financiamento pelo programa, apesar da perda elevada de informações, principalmente da renda, onde os empreendedores não responderam a questão.

Tabela 10 – Diferenças estatísticas da renda e área do imóvel dos empreendedores antes e depois do programa, em Rio Tinto

Estatística	Renda (R\$)	Área do Imóvel (há)
N	47	59
T	-7,483	-5,932
P	,000	,000

Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2014)

n: N° de empreendedores que informaram a renda e a área do imóvel.

t: Teste t de Student – duas amostras pareadas.

Para $p \leq 0,05$: Existe diferença estatística nos termos antes e depois do financiamento, ou seja, rejeitamos a hipótese de que as rendas médias são iguais antes e depois do financiamento. E $p \geq 0,05$: Não existe diferença estatística no termos antes e depois do financiamento.

Utilizado para realizar o teste da hipótese de que a média populacional ‘antes’ e ‘depois’ de algum determinado “tratamento” ou “situação” sofreu alteração significativa.

4.5.2 Determinação do Tamanho da Amostra para Populações Finitas

3. Fórmula para determinação do tamanho da amostra (n) com base na estimativa da proporção populacional:

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N - 1) \cdot E^2}$$

Onde:

n: nº de indivíduos na amostra.

$Z_{\alpha/2}$: valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado.

p: proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que estamos interessados em estudar.

q: proporção populacional de indivíduos que NÃO pertence à categoria que se está interessado em estudar ($q = 1 - p$).

E: Margem de erro ou ERRO MÁXIMO DE ESTIMATIVA. Identifica a diferença máxima entre a PROPORÇÃO AMOSTRAL e a verdadeira PROPORÇÃO POPULACIONAL (p).

Se p e q não forem conhecidos, substituiremos por valores amostrais \hat{p} e \hat{q} por 0,5 (Levine, 2000).

Assim, os cálculos ficam:

$$n = 111 \times 0,5 \times 0,5 \times (1,645)^2 / 0,5 \times 0,5 \times (1,645)^2 + (111 - 1) \times (0,072)^2 = 60$$

para:

$Z_{0,10/2}$: 1,645 para nível de confiança de 90% e E: 7,2%

Diante do que foi apresentado, levando em consideração o nível de confiança de 90% e uma margem de erro de 7,2%, chegamos a quantidade de uma amostra de 60 indivíduos para uma população geral de 111 pessoas dentro perfil pretendido para o estudo.

Vista toda a parte do resultado da pesquisa de campo, através de levantamento e análises estatísticas com seus testes apropriados, onde podemos responder a todos os objetivos específicos e, ao mesmo tempo, ao objetivo geral, o trabalho caminha para a sua parte final do trabalho através das conclusões que foram feitas a partir dos números apresentados. Após as conclusões seguiremos com os anexos e apêndices pertencentes ao contexto de todo trabalho.

5 Conclusão

A pergunta inicial deste trabalho referiu-se aos fatores que explicassem a influência do Programa Agroamigo na condição de vida dos beneficiários, viabilizados através da concessão de crédito. Para respondê-la partiu-se do pressuposto de que fosse realizada uma pesquisa em dois momentos diferentes com os mesmos indivíduos, presentes em várias comunidades do município escolhido, das 33 comunidades que receberam crédito no primeiro semestre de 2013 foram realizadas pesquisas em 26, facilitando o desenvolvimento da pesquisa e, conseqüentemente, trazendo uma maior fidedignidade às informações coletadas.

A pesquisa trouxe a grata confirmação de que, de alguma maneira, o Programa Agroamigo através da concessão de crédito vêm se tornando uma grande novidade institucional surgida nos últimos anos, e que se torna um contraponto positivo diante das profundas modificações nas formas de convivência que as sociedades capitalistas atuais impõem. Da mesma forma, os números ora apresentado demonstra que o Programa está no caminho certo, atendendo todos os seus anseios de quando foi criado e, acima de tudo, trazendo mais esperança e dignidade para a população da zona rural nordestina.

Com relação aos objetivos propostos, todos foram atendidos em sua plenitude, onde a partir da pesquisa conseguimos caracterizar os beneficiários do município de Rio Tinto, analisar a atividade produtiva e sua renda, verificar a melhoria na condição de vidas dessas pessoas e extrair a partir das suas visões quais os pontos fortes e fracos do Programa em geral.

Embora o objetivo geral da presente pesquisa tenha sido alcançado, a mesma apresentou limitações. Algumas questões que influenciam direta e indiretamente nos resultados, tais como, conhecimento educacional dos envolvidos e o tempo de realização da pesquisa. Esta confusão, por parte dos entrevistados, pode de certa forma, comprometer o resultado, não obstante revelar suas deficiências para gerirem o empreendimento.

Sendo assim, mesmo com as ressalvas devido à subjetividade das autodeclarações, as informações subjetivas permitem a avaliação do sentimento de cada indivíduo em relação às suas condições de vida. Mais especificamente às questões que envolvem a sua renda e aos alimentos que consome. Esta subjetividade está em um dos grandes balizadores desse trabalho, onde as definições de qualidade e condição de vida partiram dos próprios pesquisados.

Adicionalmente, pode-se afirmar que Qualidade de Vida, para os clientes do Programa estudado, envolve, principalmente, uma boa saúde, a posse de uma residência, condições de trabalho que garantam o sustento da sua família, lazer próximo de casa, a possibilidade de comprar bens de consumo, assim como ter tranquilidade e paz no âmbito de vida rural.

Não obstante chama-se a atenção para a carência que esses produtores rurais sentem em relação à capacitação, assistência técnica, outras políticas públicas de apoio a todo o processo comercialização e outros temas interessantes que servirão para um melhor aproveitamento da produção. Desse modo, os efeitos nessa seara podem ser danosos para a qualidade e produtividade da exploração agropecuária, por impossibilitar um manejo adequado de rebanhos, sujeitar pessoas a agrotóxicos, impedir melhor utilização da terra, dificultar a preservação do meio ambiente, diminuir a rentabilidade, fortalecer o papel dos atravessadores de produção, dentre outros aspectos importantes.

Por meio desta pesquisa, notou-se a relevância de se aprofundar o estudo sobre o microcrédito, pois ficam questões em aberto sobre o assunto.

5.2 Recomendações Gerenciais

Como sugestão ao Banco do Nordeste S.A tem-se a ênfase no que se refere a possibilidade de estreitar mais as parcerias com as instituições em todas as esferas municipais,

estaduais e federais com o intuito de fortalecer toda a cadeia produtiva desse público do Programa Agroamigo, tratando-o de forma diferenciada.

Esse fortalecimento das parcerias irá de alguma maneira melhorar não só a produção dos agricultores familiares, mas contribuir de forma significativa com o processo de comercialização de toda a produção local. O acesso ao mercado consumidor é, de fato, outro grande desafio para a agricultura familiar. Para esse tipo de agricultor existe, em geral, muito pouca informação e experiência a respeito de consumidores de alimentos, atacadistas e varejistas, já que os produtores ficam com o horizonte limitado a intermediários que compram e revendem seus produtos. O insucesso na comercialização da produção e incapacidade de gerar receitas faz com que esse produtor perca sua capacidade de gerir comercialmente sua produção e acaba optando pela agricultura de subsistência (produção majoritariamente para próprio sustento familiar) como opção restante.

Diante do que foi explicitado, sugerimos aos entes municipais existentes no município, entre eles: secretária de agricultura, conselho municipal, associações das comunidades e o sindicato dos produtores rurais, todos os órgãos ligados diretamente ao público da agricultura familiar, que de alguma maneira poderão dar sua contribuição nesse processo de conscientização que sejam realizando cursos, palestras, feiras, incentivos locais e criação de feiras e mercados com o intuito de fortalecer toda a cadeia da agricultura familiar municipal.

Outra sugestão relacionada ao Banco do Nordeste, é necessário ainda verificar uma melhor forma de atuação com os beneficiários do Programa, uma vez que esses beneficiários possuem um alto grau de analfabetismo e como relatado na pesquisa só conhecem a marca do Programa através da figura do Assessor de Crédito. Apesar de saber que a instituição possui várias campanhas neste sentido, poderiam verificar se o meio de comunicação está adequado para o atingimento do objetivo desejado.

Por fim, é válido ressaltar que as impressões aqui relatadas devem ser aprofundadas através de estudos posteriores para tornar possíveis conclusões definitivas quanto à eficiência e efetividade do Agroamigo, apesar de ser um Programa com ações consolidadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. A densa vida financeira das famílias pobres. In: **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. Primeira Edição. São Paulo: Editora Annablume, 2004. Cap. 1. p. 21-67.

ALMEIDA, M. S. AMARAL, H. F. FRANCISCO, J. R. S. BERTUCCI, L. A. Influência da crise financeira mundial na estrutura econômica das instituições financeiras bancárias brasileiras e seus reflexos no índice de Basiléia: uma abordagem comparativa. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 16, p. 73-94, 2012.

ALMEIDA, W. L. M. SANTANA, J. R. O Microcrédito Como Estratégia De Redução Da Pobreza No Nordeste: Uma Avaliação A Partir Do Programa Crediamigo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, n. 1, 2011.

AMARAL, C. **Microfinanças e produção sustentável nos ambientes costeiro e marinho no Brasil**: possibilidades e desafios: estudo realizado a partir de solicitação da Agência Costeira. 2005. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pnmpo/biblioteca>>, acesso em 28 de jan. 2013.

AMARAL FILHO, J. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Planejamento e Políticas Públicas**, nº 23, 2001.

ARRAES, R. A. BARBOSA, L. F. Demanda por Microcrédito no Nordeste: atuação dos pequenos empresários. 2010. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 41, n. 02, p. 375-395, 2010.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BANDEIRA, Emilia; SANTOS, Valkíria Trindade de Almeida. Desenvolvimento local: sustentabilidade ou subordinação. **Artigo disponível em http://www.dge.uem.br/semana/eixo3/trabalho_35.pdf**. Acesso, v. 15, p. 07-11, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Zahar, 1999.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 7. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2007.

BRASIL. Banco do Nordeste do Brasil. **Programa Agroamigo**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Agroamigo/gerados/apresentacao.asp>, acesso em 03 de abril. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programas: Crédito Rural**. 2012. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/porta/saf/programas/Pronaf>>. Acesso em: 02 jan. de 2014.

_____. Banco do Nordeste do Brasil. **Relatório da Administração – 2º Semestre de 2013**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/o_banco/demonstrativos_contabeis/docs/df_dezembro_2013.pdf>, acesso em 02 de abril de 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano de Safra da Agricultura Familiar 2013/2014**. Jun 2013. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/plano-safra-2013/>> Acessado em 08 de fevereiro de 2014.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: INCRA/IICA, 1999. 104 p.

CARNEIRO, M. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. 2010. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/199704-070-082.pdf>>, acesso em 28 de jan. 2013.

CARVALHO, D. M. ARAÚJO, E. A. FERREIRA, R. N. Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza. In: **Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia, Administração E Sociologia Rural (SOBER)**. 2009. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/13/196.pdf>>, acesso em 13 de outubro de 2013.

CASTRO, L. T.; LOPES, F. F.; NEVES, M. F. Redes, Capital Social e Marketing como elementos fundamentais para a agricultura familiar: uma experiência no projeto público de irrigação jáiba. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 12, n. 3, p. 227-239, 2010.

CEBORATEV, N. Qualidade de vida da família rural. In: Seminário sobre qualidade de vida no meio rural, 1982, Recife. **Resumos...** Recife: Secretaria de Agricultura, 1982. 18 p.

CONTI, F. **Estatística Descritiva**. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/dicas/open/calcul-des.htm>>. Acesso em: 05 fev. de 2014.

DA SILVA DINIZ, João Helder Alves. **O Reflexo dos Ajustes das Organizações Não-governamentais Internacionais – ONGIs, às Modernas Práticas Administrativas, sobre o seu Caráter Institucional Original.**

DINIZ, C. C. **Global-Local: interdependências e desigualdades ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil.** Rio de Janeiro: IE/UFRJ (Nota Técnica 9), 2000.

DINIZ, Clélio C. O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, v. 29, p. 1-21, 2001.

DINIZ, J. H. **Estudo sobre experiências de geração de renda e oferta de recursos financeiros às famílias pobres.** Belo Horizonte. 2002.

FARRANHA, Ana Cláudia. Novas e velhas elaborações: Anotações sobre o microcrédito no Brasil. In: **3o. Congresso Latino – Americano de Ciência Política – Democracia e desigualdades.** Campinas, 2006.

FEBRABAN. **Dados do Setor de 2007.** Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Dadosdosetor/2007>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

FERREIRA, B. SILVEIRA, F. Gaiger. GARCIA, R. C. **A Agricultura Familiar e o PRONAF: contexto e perspectivas.** In: Transformações da Agricultura e Políticas Públicas. Brasília: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001. p. 479-539.

FINATTO, R. A. SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: Perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza.** v. 20, n. 2, p. 1-19, 2008.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços.** 19 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013.

GROSSI, M. **Além do Bolsa Família.** Disponível em: <<http://www.cebds.org.br/alem-do-bolsa-familia/>> Acesso em 02 de fev. 2014.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2010.

GUERRERO, S. J.; HOYOS, L. E. A. Qualidade de vida: opção teórica e metodológica da qualidade de vida. **Revista Econômica do Nordeste**, Brasília, DF, v. 21, p.173-192, abr./jun. 1983.

GULLI, H. **Microfinance and Poverty**: Questioning the Conventional Wisdom, Biblioteca Digital de la Iniciativa Interamericana de Capital Social, Etica y Desarrollo del Banco Interamericano de Desarrollo (BID),1998.

IBGE CIDADES. **Destacando o Município de Rio Tinto**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250460#>>, acesso em 10 de maio. 2012.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 e Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002/2003**. Rio de Janeiro, 2011.

LAKATOS, E. N; MARCONI, M. D. A. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 4, n. 1, p25-59. 2002.

LEITE, Carlos Corrêa; CORRÊA, Eliseu Lira. **Como transformar microcrédito em "porta de saída" para os programas de transferências de renda limites e ajustes necessários**. 2011.

LIORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento Econômico Local: Caminhos e Desafios para a Construção de uma Nova Agenda Política**. Tradução: Antônio R. P. Braga. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

LIMA, M. L. S. CARVALHO, L. A. VIDAL, M. B. Microfinanças e inclusão social – Um estudo de caso. In: **46th Congress, July 20-23, 2008, Rio Branco, Acre, Brasil**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2008.

LEVINE, D. M. / BERENSON, M. L. / STEPHAN, David. **Estatística**: Teoria e Aplicações usando Microsoft Excel em Português. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MACIEL, H. M. KHAN, A. S. O impacto do programa de microcrédito rural (AGROAMIGO) na melhoria das condições de vida das famílias beneficiadas no estado do Ceará: um estudo de caso. 2009. **Revista Econômica do Nordeste**,v. 17, n. 3, p. 368-396, 2013.

MATTEI, Lauro. Políticas de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: o caso recente do PRONAF. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 38, n° 1. Jan/Mar. Fortaleza: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Banco do Nordeste do Brasil, 2007. p. 143-158.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Ed. Atlas. 1996.

MEDEIROS, J. B. S.; LIMA, C. E. B.; LIMA, R. A. M.; NASCIMENTO, F. F.; AZEVEDO, M. C. P. Política de concessão de crédito rural: os mecanismos do Agroamigo do Nordeste. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 10, n. 3, p. 685-704, 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10815/politica-de-concessao-de-credito-rural--os-meca>>, acesso em 06 de out. 2013.

MINAYO, M. C. S. HARTZ, Z. M. A. BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. Ciência e Saúde Coletiva. **Associação Brasileira de Pós graduação em Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, Brasil, v. 5, n. 1, p 7-18, 2000.

MONTE, P. A.; CRUZ, M. S. As Percepções dos Indivíduos das Áreas Urbana e Rural sobre suas Condições de Vida. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 43, p. 51-69, 2012.
NASCIMENTO, C. A. **Pluriatividade e políticas públicas: o caso do sul do Brasil**. Revista de Economia Política, v. 27, n. 3, p. 452-471. 2007.

NEIVA, A. C. G. R. **Projeto São José e o Desenvolvimento Rural no Estado do Ceará: o caso da Comunidade Recreio – Iguatu, Ceará**. 2000. 75 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

NERI, M. C. **Mapa de ativos: combate sustentável à pobreza**. Fundação Getúlio Vargas, IBRE, CPS, 2001.

_____. A. L. **Experimentando Microcrédito: Uma análise de impacto do crediamigo no acesso a crédito**. 2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1177> Acesso em 06 de fev. 2014.

NERI, Marcelo. **Microcrédito, dinâmica empresarial e mudança de classe: O impacto do Crediamigo**. 2008. Disponível em: <<http://www.cps.fgv.br/cps/crediamigo2/>>, acesso em 17 de dez. 2013.

_____. **Resenha: Microcrédito**. O Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro, Org. Marcelo Neri, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2009. Disponível em:

<http://www.cps.fgv.br/ibrecps/nw/20090701_Rce_MicrocreditoResenha.pdf>, acesso em 15 de out. 2013.

OLIVEIRA, M. S. O. VIANA, P. J. R. **Desenvolvimento regional: 50 anos do BNB**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005. 340 p.

PESSOA, M. S.; SILVEIRA, M. A. **Indicadores objetivos e subjetivos de qualidade de vida das famílias brasileiras segundo a POF de 2002-2003: um estudo sobre seus determinantes demográficos, sociais e econômicos**. Rio de Janeiro: IPEA, **Texto para Discussão**, n. 1437, 2009.

PRAHALAD, C. K. **A riqueza na base da pirâmide: como erradicar a pobreza com o lucro**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2006.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes Sociais de Reciprocidade e Trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdades de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2006.

RODRIGUES, S. T. S. **A função social dos contratos e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. 2014. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=69dd2eff9b6a421d>> Acessado em: 07 de fev. 2014.

SAUNDERS, Anthony. **Administração de instituições financeiras**. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHREINER, Mark. **Informal Finance and the Design of Microfinance, Development in Practice**. v. 11., n. 5, p. 637-640, 2001.

SCHRICKEL, Kurt W. **Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2000.

SEBRAE. **Programa Sebrae de microcrédito**. 2006. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>, acesso em 23 de jul. 2013.

SEBRAE. **Como elaborar um Plano de Cadastro, Crédito e Cobrança**. 2010. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/distrito-federal/download/como_elaborar/Plano%20de%20Cadastro%20Credito%20e%20Cobranca>, acesso em 06 de out. 2013.

SECURATO, J. R. **Crédito: análise e avaliação do risco – pessoas físicas e jurídicas**. São Paulo: Saint Paul, 2002.

SILVEIRA FILHO, J. A. **Microcrédito na Região metropolitana do Recife: experiência empreendedora do CEAPE**. 2005. 95 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SILVESTRE, A. L. **Análise de dados e estatística descritiva**. Lisboa: Escolar, 2007.
SIRILI, G.; EVANGELISTA, R. Technological innovation in services and manufacturing: results from Italian surveys. **Research Policy**, 1998.

SMITH, R. Banco do Nordeste do Brasil. **Seminário de Financiamento Agrícola e Rural**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[http://www.alide.org.pe/download/AsambleaAnt/Alide35/download35/FAGR05-01_Smith\(BNB\).pdf](http://www.alide.org.pe/download/AsambleaAnt/Alide35/download35/FAGR05-01_Smith(BNB).pdf)> Acesso em 07 de fev. 2014.

SOARES, R. B. BARRETO, F. A. AZEVEDO, M. T. Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do Crediamigo. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 41, n. 1, p. 119-142, 2011.

SOARES, M. M. SOBRINHO, A. D. M. **Microfinanças. O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito**. 2. ed, revista e ampliada. Secre/Surel/Dimep: Brasília: 2012.

SOUSA, Jânia Maria Pinho. **Avaliação do financiamento da agricultura familiar na produção, ocupação e renda**. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE. 2008.

SOUZA, G. J. G. **A interação entre a dinâmica macroeconômica e os bancos: uma perspectiva acerca do risco de crédito**. 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado em Economia), PPGE-UFF. Niterói. 2007.

VEIGA, J. E. **A emergência socioambiental**. 3 ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Senac, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas. 2007.

VIANA, L. S. Qualidade de vida no meio rural brasileiro: o caso do sertão de Alagoas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 18, n. 2, p. 182-204, 1980.

WEDIKIN, I. Os agriclusters e a construção da competitividade local. In: **Congresso Brasileiro de Agribussines**. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Agronegócio, 2001. p.44-55.

WILHEIM, J. **Cidades**: o substantivo e o adjetivo. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

YAMASHITA, A. P.; REGO, R. A. Bancos e microfinanças: lucro e inclusão social no atendimento do mercado da base da pirâmide. **Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 6, n. 1, p. 100-113, 2009.

YUNUS, M.; JOLIS, A. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

ZANCANELLA, J. C.; FERREIRA, M. A. M.; ABRANTES, L. A.; SILVEIRA, S. F. R. Condições de operacionalização do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) sob a ótica dos usuários – Região de Viçosa (MG). **Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 4, p. 31-56, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIOS DA PESQUISA DIRETA

Página 01 do questionário

página 02

APÊNDICE B: COMUNIDADES ENVOLVIDAS NO ESTUDO

RELAÇÃO DE COMUNIDADES DA POPULAÇÃO ESTUDADA - RIO TINTO /PB	
ORDEM	COMUNIDADE
1	ALDEIA JARAGUA
2	AREIA BRANCA
3	BOA VISTA
4	CAJARANA
5	CAMPART II
6	CAPITAO LIRA
7	CARANGUEJEIRA
8	CRAVUSSU
9	CURRAL DE FORA
10	CURRALINHO
11	DO BURRO
12	ENGENHO NOVO
13	JARAGUA
14	JARDIM
15	LAGOA DE PRAIA
16	MARACUJA
17	NOVA
18	PASSAGEM DA COBRA
19	PAU D ARCO
20	PAULISTA
21	PIABUCU
22	PRAIA DE CAMPINA
23	PREFEITO MARIO SOUZA
24	REGINA
25	RIO DO BANCO
26	SACO
27	SALEMA
28	SAO JOAO
29	TABERABA
30	TANQUES
31	TAVARES
32	VELOSO
33	VILA REGINA

APÊNDICE C: QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS POR COMUNIDADE

DISTRIBUIÇÃO DE QUESTIONÁRIO RESPONDIDO POR COMUNIDADE - RIO TINTO /PB		
ORDEM	COMUNIDADE	QUANTIDADE
1	ALDEIA JARAGUA	1
2	AREIA BRANCA	1
3	BOA VISTA	7
4	CAJARANA	3
5	CAMPART II	3
6	CAPITAO LIRA	1
7	CRAVUSSU	1
8	CURRAL DE FORA	1
9	JARAGUA	1
10	JARDIM	1
11	LAGOA DE PRAIA	1
12	MARACUJA	4
13	NOVA	1
14	PASSAGEM DA COBRA	2
15	PAULISTA	1
16	PIABUCU	16
17	PRAIA DE CAMPINA	2
18	REGINA	1
19	RIO DO BANCO	3
20	SACO	4
21	SALEMA	1
22	SAO JOAO	2
23	TABERABA	4
24	TANQUES	2
25	TAVARES	5
26	VELOSO	1
TOTAL		70

APÊNDICE D: MOTIVOS DO INSUCESO NA COLETA DE DADOS

MOTIVOS DOS INSUCESOS NA COLETA DOS QUESTIONÁRIOS - RIO TINTO /PB		
ORDEM	COMUNIDADE	QUANTIDADE
1	REALIZAÇÃO DE TRABALHO TEMPORÁRIO - CANA DE AÇUCAR	8
2	AUSÊNCIA NO MOMENTO DA VISTA - OUTROS MOTIVOS	7
3	EVASÃO	5
4	FALECIMENTO	1
5	DESTINO IGNORADO	2
6	MUDANÇA DE ENDEREÇO	4
7	DESISTÊNCIA NA ATIVIDADE	3
8	PROBLEMAS DE SAÚDE	1
9	ENDEREÇO INEXISTENTE	1
10	IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO	9
TOTAL		41

ANEXOS

ANEXO A: Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005.

Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos a vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.

§ 1º São beneficiárias do PNMPO as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, a serem definidas em regulamento, especificamente para fins do PNMPO.

§ 2º O PNMPO tem por finalidade específica disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

I - o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II - o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do

contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e

III - o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto nesta Lei.

§ 4º São recursos destinados ao PNMPO os provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e da parcela dos recursos de depósitos a vista destinados ao microcrédito, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003.

§ 5º São instituições financeiras autorizadas a operar no PNMPO:

I - com os recursos do FAT, as instituições financeiras oficiais, de que trata a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990; e

II - com a parcela dos recursos de depósitos bancários a vista, as instituições relacionadas no art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, na redação dada pelo art. 11 desta Lei.

§ 6º Para os efeitos desta Lei, são instituições de microcrédito produtivo orientado:

- I - as cooperativas singulares de crédito;
- II - as agências de fomento, de que trata a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001;
- III - as sociedades de crédito ao microempreendedor, de que trata a Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001; e
- IV - as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

§ 7º Os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento de que trata o inciso II do § 6º deste artigo, os bancos cooperativos e as centrais de cooperativas de crédito também poderão atuar como repassadores de recursos das instituições financeiras definidas no § 5º deste artigo para as instituições de microcrédito produtivo orientado definidas no § 6º deste artigo.

Art. 2º As instituições financeiras de que trata o § 5º do art. 1º desta Lei atuarão no PNMPO por intermédio das instituições de microcrédito produtivo orientado nominadas no § 6º do art. 1º por meio de repasse de recursos, mandato ou aquisição de operações de crédito que se enquadrarem nos critérios exigidos pelo PNMPO e em conformidade com as Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat e do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Parágrafo único. Para atuar diretamente no PNMPO, as instituições financeiras de que trata o § 5º do art. 1º desta Lei deverão constituir estrutura própria para o desenvolvimento desta atividade, devendo habilitar-se no Ministério do Trabalho e Emprego demonstrando que suas operações de microcrédito produtivo orientado serão realizadas em conformidade com o

§ 3º do art. 1º desta Lei.

Art. 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat, no âmbito de suas respectivas competências, disciplinarão:

I - as condições de repasse de recursos e de aquisição de operações de crédito das instituições de microcrédito produtivo orientado pelas instituições financeiras operadoras;

II - as condições de financiamento das instituições de microcrédito produtivo aos tomadores finais dos recursos, estabelecendo, inclusive, estratificação por renda bruta anual que priorize os segmentos de mais baixa renda dentre os beneficiários do PNMPO;

III - os requisitos para a habilitação das instituições de microcrédito produtivo orientado no PNMPO, dentre os quais deverão constar:

a) cadastro e termo de compromisso no Ministério do Trabalho e Emprego;

b) plano de trabalho a ser aprovado pela instituição financeira, que deverá conter, dentre outros requisitos, definição da metodologia de microcrédito produtivo orientado a ser utilizada, da forma de acompanhamento dos financiamentos, com os respectivos instrumentos a serem utilizados, e dos índices de desempenho.

IV - os requisitos para a atuação dos bancos de desenvolvimento, das agências de fomento, dos bancos cooperativos e das centrais de cooperativas de crédito na intermediação de recursos entre as instituições financeiras e as instituições de microcrédito produtivo orientado.

§ 1º Quando a fonte de recursos utilizados no PNMPO for proveniente do FAT, o Codefat, além das condições de que trata o *caput* deste artigo, deverá definir:

I - os documentos e informações cadastrais exigidos em operações de microcrédito;

II - os mecanismos de fiscalização e de monitoramento do PNMPO;

III - o acompanhamento, por amostragem, pelas instituições financeiras operadoras nas instituições de microcrédito produtivo orientado e nos tomadores finais dos recursos; e

IV - as condições diferenciadas de depósitos especiais de que tratam o art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991; o art. 4º da Lei nº 8.999, de 24 de fevereiro de 1995; e o art. 11 da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, com a redação dada pelo art. 8º da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999.

§ 2º As operações de crédito no âmbito do PNMPO poderão contar com a garantia do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - Funproger, instituído pela Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, observadas as condições estabelecidas pelo Codefat.

Art. 4º Fica permitida a realização de operações de crédito a pessoas físicas e jurídicas

empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, no âmbito do PNMPO, sem a exigência de garantias reais, as quais podem ser substituídas por formas alternativas e adequadas de garantias, a serem definidas pelas instituições financeiras operadoras, observadas as condições estabelecidas em decreto do Poder Executivo.

Art. 5º O Ministério do Trabalho e Emprego poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos que objetivem a cooperação técnico-científica com órgãos do setor público e entidades privadas sem fins lucrativos, no âmbito do PNMPO.

Art. 6º Fica criado o Comitê Interministerial do PNMPO para subsidiar a coordenação e a implementação das diretrizes previstas nesta Lei, receber, analisar e elaborar proposições direcionadas ao Codefat e ao CMN, de acordo com suas respectivas atribuições, cabendo ao Poder Executivo regulamentar a composição, organização e funcionamento do Comitê.

Art. 7º A alínea "a" do § 2º do art. 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11.
.....

§ 2º

por intermédio da destinação de aplicações financeiras, em agentes financeiros públicos ou privados, para lastrear a prestação de aval parcial ou total ou fiança nas operações de crédito destinadas a microempresas e empresas de pequeno porte; para lastrear a prestação de aval parcial ou total ou fiança nas operações de crédito e aquisição de carteiras de crédito
a) destinadas a sociedades de crédito ao microempreendedor, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, e a organizações da sociedade civil de interesse público que se dedicam a sistemas alternativos de crédito, de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; e para lastrear operações no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado;
..... " (NR)

Art. 8º O *caput* do art. 8º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

"Art. 8º

VIII - nos lançamentos a débito nas contas especiais de depósito a vista tituladas pela população de baixa renda, com limites máximos de movimentação e outras condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil.
....." (NR)

Art. 9º O § 3º do art. 2º da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

....."

§ 3º O limite estabelecido no inciso I do *caput* deste artigo poderá ser ampliado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat, mediante proposta do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, até o valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)." (NR)

Art. 10. O inciso I do *caput* do art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

I - terão por objeto social a concessão de financiamentos a pessoas físicas e microempresas, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, de pequeno porte, equiparando-se às instituições financeiras para os efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional;" (NR)

Art. 11. O *caput* do art. 1º e o inciso VI do art. 2º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal manterão aplicada em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores parcela dos recursos oriundos dos depósitos a vista por eles captados, observadas as seguintes condições:" (NR)

"Art. 2º

....."

VI - o valor máximo do crédito por cliente;" (NR)

Art. 12. Fica a União autorizada, exclusivamente para a safra 2004/2005, a conceder cobertura do Seguro da Agricultura Familiar - "Proagro Mais" a agricultores que não efetuaram, em tempo hábil, a comunicação ao agente financeiro do cultivo de produto diverso do constante no instrumento de crédito, desde que este produto substituto seja passível de amparo pelo "Proagro Mais" e o respectivo Município haja decretado estado de calamidade ou de emergência em função da estiagem, devidamente reconhecido pelo governo federal.

Parágrafo único. O CMN disciplinará a aplicação da excepcionalidade de que trata este

artigo, definindo as demais condições e realizando as necessárias adequações orçamentárias.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de abril de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Polocci Filho

Ricardo José Ribeiro Berzoini

ANEXO B: DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996

Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere art. 84 inciso VI, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Art. 2º O PRONAF assenta-se na estratégia da parceria entre os Governos Municipais, Estaduais e Federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações.

§ 1º A aplicação de recursos do Governo Federal no PRONAF requer a adesão voluntária dos Estados, dos Municípios, da iniciativa privada e dos agricultores familiares às normas operacionais do Programa e à efetivação de suas contrapartidas.

§ 2º As ações do Programa orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

- a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda,
- b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
- c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- d) adequar e implantar a infra-estrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
- e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal

pelos agricultores familiares e suas organizações;

- agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios
- f) proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;
- g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa;
- promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o
- h) desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo
- i) executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras.

Art. 3º Caberá ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento a coordenação do PRONAF, competindo-lhe, especialmente:

I - promover gestões e apoiar a reorganização institucional que se fizer necessária junto aos órgãos federais que atuem no setor, bem como junto aos Governos Estaduais e Municipais, visando o reajustamento das políticas públicas aos objetivos do Programa;

II - apoiar e promover, em parceria com os Estados, os Municípios e os agentes financeiros, linhas de financiamento para a adequação e implantação da infra-estrutura física e social necessária ao desenvolvimento e continuidade da agricultura familiar;

III - propor mecanismos mais adequados à concessão de crédito aos agricultores familiares, orientando-os sobre os respectivos procedimentos de acesso e de reembolso;

IV - levar em consideração, na formulação das políticas de preços agrícolas, a realidade da agricultura familiar, promovendo, ademais, a criação de centros primários de comercialização e a redução da cadeia de intermediários;

V - promover ações para a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares e de suas organizações e parceiros, de modo a proporcionar-lhes os conhecimentos, habilidades e tecnologias indispensáveis ao processo de produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização, assim como para a elaboração e acompanhamento dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural - PMDR;

VI - assegurar o caráter descentralizado de execução do PRONAF e o estabelecimento de processos participativos dos agricultores familiares e de suas organizações na implementação e avaliação do Programa.

Art. 4º O PRONAF será constituído por organismos co-participantes, cujas ações confluirão para os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR, Conselhos Estaduais do PRONAF e Conselho Nacional do PRONAF.

§ 1º Integram a estrutura do PRONAF, no plano municipal, mediante adesão voluntária:

a Prefeitura Municipal, cabendo-lhe:

1. instituir, em seu âmbito, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR e o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDR;
- a) 2. participar do CMDR e da execução, acompanhamento e fiscalização das ações do PMDR;
3. celebrar acordos, convênios e contratos no âmbito do PRONAF; 4. aportar as contrapartidas de sua competência; 5. promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;

o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, o qual terá como membros, representantes do poder público, dos agricultores familiares e das entidades parceiras, inclusive das vinculadas à proteção do meio ambiente, cabendo-lhe:

1. analisar a viabilidade técnica e financeira do PMDR e o seu grau de representatividade das necessidades e prioridades dos agricultores familiares;
2. aprovar em primeira instância o apoio do PRONAF a projetos contidos no PMDR, relatando o Plano à Secretaria Executiva Estadual do PRONAF;
- b) 3. negociar as contrapartidas dos agricultores familiares, da Prefeitura Municipal, do Estado e dos demais parceiros envolvidos na execução do PMDR;
4. fiscalizar a aplicação dos recursos do PRONAF no município;
5. articular-se com as unidades locais dos agentes financeiros com vistas a solucionar eventuais dificuldades na concessão de financiamentos aos agricultores familiares, relatando ao Conselho Estadual do PRONAF sobre os casos não solucionados;
6. elaborar e encaminhar à Secretaria Executiva Estadual do PRONAF pareceres e relatórios periódicos sobre a regularidade da execução físico-financeira do PMDR;
7. promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;
- c) os agricultores familiares, aos quais cabe: 1. apresentar e priorizar suas demandas; 2. participar da execução do PRONAF; 3. aportar as contrapartidas de sua competência;

as organizações de agricultores familiares, cabendo-lhes:

1. formular propostas de ação compatibilizadas com as demandas dos agricultores;
- d) 2. participar da elaboração e da execução do PMDR e do acompanhamento e fiscalização das ações do PRONAF;
3. celebrar e executar acordos, convênios e contratos com órgãos da administração pública e entidades parceiras privadas;
4. aportar as contrapartidas de sua competência;
- e) as entidades parceiras, públicas e privadas, que direta ou indiretamente desenvolvam ações relacionadas com o desenvolvimento rural e a proteção ambiental, cabendo-

lhes:

1. participar da elaboração e da execução do PMDR, dentro de suas áreas de atuação específica;
2. aportar as contrapartidas de sua competência;
3. colaborar na elaboração de relatórios de execução físico-financeira do PRONAF.

§ 2º Integram a estrutura do PRONAF, no plano estadual, mediante adesão voluntária:

o Governo Estadual, cabendo-lhe:

1. instituir, em seu âmbito, o Conselho Estadual do PRONAF, e sua Secretaria Executiva;
- a) 2. participar da execução, do acompanhamento e da fiscalização do Programa no âmbito estadual;
3. celebrar acordos, convênios e contratos com órgãos da administração pública e com entidades parceiras privadas;
4. aportar as contrapartidas de sua competência;
5. promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;

o Conselho Estadual do PRONAF, o qual terá como membros representantes, no âmbito estadual, do poder público, das organizações dos agricultores familiares e das entidades parceiras, inclusive das vinculadas à proteção do meio ambiente, cabendo-lhe:

1. analisar o apoio do PRONAF a projetos contidos nos PMDR, relatando os Planos à Secretaria Executiva Nacional do PRONAF;
 - b) 2. promover a interação entre o Governo Estadual, os Governos Municipais e as entidades parceiras, com vistas à obtenção de suas contrapartidas aos PMDR;
 3. acompanhar e avaliar a execução do PRONAF no âmbito estadual;
 4. elaborar propostas de políticas públicas a serem encaminhadas aos órgãos da administração estadual e federal;
 5. articular-se com as unidades administrativas estaduais dos agentes financeiros, com vistas a solucionar eventuais dificuldades encontradas, a nível municipal, na concessão de financiamentos aos agricultores familiares, relatando ao Conselho Nacional do PRONAF sobre os casos não solucionados;
 6. promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;
- a Secretaria Executiva Estadual do PRONAF, a ser chefiada por Secretário Executivo Estadual designado pelo Governo do Estado, cabendo-lhe:
- c) 1. analisar os PMDR, relatando-os ao Conselho Estadual do PRONAF;
 2. implementar decisões do Conselho Estadual;
 3. monitorar e avaliar a execução dos PMDR, relatando ao Conselho Estadual;

4. emitir pareceres técnicos.

§ 3º Integram a estrutura do PRONAF, no plano nacional:

o governo federal, por intermédio do Conselho Nacional do PRONAF e sua
 a) Secretaria-Executiva, que funcionarão no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento;

o Conselho Nacional do PRONAF, cabendo-lhe:

1. aprovar o seu regimento interno;
 2. definir diretrizes nacionais para o PRONAF;
 3. propor a adequação de políticas públicas às necessidades da agricultura familiar;
 b) 4. recomendar normas operacionais para o Programa;
 5. identificar fontes de recursos para o PRONAF;
 6. recomendar critérios para a alocação e aplicação de recursos;
 7. aprovar a programação físico-financeira anual do PRONAF e apreciar os pertinentes relatórios de execução;
 8. examinar estudos de avaliação do PRONAF e propor redirecionamentos;

a Secretaria Executiva Nacional do PRONAF, a ser exercida pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento e chefiada por um Secretário Executivo Nacional designado pelo titular da Pasta, cabendo-lhe:

1. implementar decisões do Conselho Nacional do PRONAF;
 2. analisar e aprovar o apoio do PRONAF a projetos contidos nos PMDR;
 3. propor normas operacionais para o Programa;
 c) 4. promover estudos com vistas à adequação de políticas públicas às necessidades da agricultura familiar;
 5. elaborar a proposta de programação físico-financeira anual do PRONAF, monitorar e avaliar sua execução, relatando ao Conselho Nacional;
 6. receber pedidos, preparar acordos, convênios e contratos e promover a liberação de recursos para o financiamento dos projetos aprovados no âmbito dos PMDR;
 7. emitir pareceres técnicos; 8. promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;

as Delegacias Federais da Agricultura - DFA, cabendo-lhes:

1. assessorar os Estados, as Prefeituras Municipais, as organizações de agricultores familiares e as entidades parceiras, na elaboração dos processos para celebração de convênios, no âmbito do PRONAF, com o Ministério da Agricultura, instruindo-os quando aprovados;
 d) 2. fiscalizar a aplicação dos recursos dos convênios de que trata o item anterior;
 3. emitir pareceres técnicos sobre a execução dos convênios antes referidos;

4. promover a divulgação e articular apoio institucional ao PRONAF; os órgãos e entidades de âmbito nacional, públicos e privados, vinculadas à agricultura e à proteção do meio ambiente, cabendo-lhes:

1. participar, mediante articulação da Secretaria Executiva Nacional do PRONAF, de estudos e debates com vistas à adequação de políticas públicas à realidade sócio-econômica da agricultura familiar;
- e) 2. mobilizar recursos financeiros, materiais e humanos, em suas respectivas áreas de atuação, para o apoio às ações do PRONAF;
3. participar da operacionalização, acompanhamento e avaliação do Programa, segundo suas atribuições e aptidões institucionais;
4. mobilizar e orientar suas unidades estaduais e municipais, no sentido de integrá-las na operacionalização dos PMDR.

Art. 5º Integram o Conselho Nacional do PRONAF:

- I - o Secretário Executivo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, que será o seu Presidente;
- II - um representante do Ministério do Planejamento e Orçamento;
- III - um representante do Ministério da Fazenda;
- IV - um representante do Ministério do Trabalho;
- V - um representante da Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento;
- VI - um representante da Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária.

§ 1º Poderão ainda integrar o Conselho Nacional do PRONAF um representante de cada entidade a seguir indicada:

- a) Fórum dos Secretários Estaduais de Agricultura;
- b) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
- c) Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;
- d) Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER.

§ 2º Os membros do Conselho Nacional do PRONAF serão designados pelo Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, mediante indicação dos titulares dos órgãos e entidades representados.

§ 3º O Conselho Nacional do PRONAF deliberará por maioria simples, presente, no mínimo, a metade de seus membros.

§ 4º Nas deliberações do Conselho, o seu Presidente terá, além do voto ordinário, o de qualidade.

§ 5º Em suas ausências e impedimentos, o Presidente do Conselho indicará seu substituto, dentre um dos representantes do Governo Federal.

§ 6º A participação no Conselho não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante.

§ 7º Das reuniões do Conselho poderão participar, sem direito a voto e a convite de seu Presidente, especialistas, autoridades e outros representantes dos setores público e privado, quando necessário ao aprimoramento ou esclarecimento de matéria incluída na ordem do dia.

Art. 6º O financiamento da produção dos agricultores familiares e de suas organizações será efetuado pelos agentes financeiros, no âmbito do PRONAF, segundo normas específicas a serem estabelecidas para esse fim nas instâncias competentes e de modo a atender adequadamente às características próprias desse segmento produtivo, contemplando, inclusive, a assistência técnica.

§ 1º Nos financiamentos de que trata este artigo, será dada prioridade ao investimento e ao custeio associado ao investimento de propostas de candidatos localizados em municípios nos quais já tenham sido instituídos os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR e os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural - PMDR, sem exclusão, porém, dos financiamentos para custeio isolado e, ainda, de candidatos localizados nos demais municípios, na medida das disponibilidades de recursos.

§ 2º As propostas de financiamento apresentadas pelos agricultores familiares e suas organizações prescindem do exame pelos Conselhos do PRONAF e devem ser submetidas diretamente ao agente financeiro, a quem cabe analisá-las e deferí-las, observadas as normas e prioridades do Programa.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de junho de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Arlindo Porto Neto